



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Conselho Superior

RESOLUÇÃO CONSUP/IFPE Nº 301, DE 8 DE OUTUBRO DE 2025

Aprova o Projeto Pedagógico do curso de Especialização
Lato Sensu em Gestão Pública do IFPE, *Campus* Paulista.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições previstas no Regimento Interno do Conselho e tendo em vista

I - o Processo Administrativo nº 23737.022924/2024-91; e

II - a 2ª Reunião Ordinária de 2025 do Conselho Superior do IFPE, realizada em 28 de abril,

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o Projeto Pedagógico do curso de Especialização *Lato Sensu* em Gestão Pública do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – IFPE, *Campus* Paulista, na forma do Anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no site do IFPE na internet e/ou no Boletim de Serviços do IFPE.

(assinado eletronicamente)
JOSÉ CARLOS DE SÁ JUNIOR



Documento assinado eletronicamente por **Jose Carlos de Sa Junior, Presidente(a) do Conselho Superior**, em 08/10/2025, às 15:51, conforme art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
https://sei.ifpe.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2048902** e o código CRC **59E9AA6B**.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO *LATO SENSU* EM
GESTÃO PÚBLICA**

PAULISTA

2024

EQUIPE GESTORA**Reitor**

José Carlos de Sá

Pró-Reitoria de Ensino

Magadã Lira

Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

Gabriela Lins Falcão

Pró-Reitoria de Extensão

Laura Fabiana da Silva Caliento

Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

Juliana Souza de Andrade

Pró-Reitoria de Administração

Aurino César Santiago de Souza

Diretoria Geral

George Alberto Gaudêncio de Melo

Diretoria de Ensino

Alba Oliveira Barbosa

Diretoria de Administração e Planejamento

Fagner Stewart Santiago

Divisão de Pesquisa e Extensão

Luiz Guimarães

Coordenação do Curso

Alba Oliveira Barbosa

COMISSÃO DE FORMULAÇÃO DO PROJETO
PEDAGÓGICO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* GESTÃO
PÚBLICA (PORTARIA Nº 411/2024-DGCPLT)

Saulo Emmanuel Rocha de Medeiros
Alba de Oliveira Barbosa Lopes
Alexandre Hochmann Behar
Marcelino José Caetano
Paava de Barros de Alencar Carvalho Filgueira
Rosecleide Ramos Ferreira
Luiz Guimarães Ribeiro Neto
Luciano Fernandes Acioli Cabral e Silva
Patrícia de Souza Maciel
João Bosco de Souza
Carlos Gustavo Paiva Rodrigues
Joannes Emmanuel Dantas e Rodrigues de Lima Ricardo
Russell Brandão Cavalcanti

ASSESSORIA PEDAGÓGICA

Viviane Alves de Lima

REVISÃO TEXTUAL

Luciana de Lavor Nunes

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Evolução das turmas de Administração e Manutenção e Suporte em Informática	14
Quadro 2:	Apresentação dos Projetos de Extensão	15
Quadro 3:	Apresentação dos Projetos de Pesquisa	15
Quadro 4:	Matriz curricular do curso de Especialização Gestão Pública	26
Quadro 05:	Lista de componentes curriculares, módulos, professor responsável e carga horária.	27
Quadro 06:	Relação do Pessoal Docente envolvido no Curso	52
Quadro 07:	Relação do Pessoal Técnico-administrativo envolvido no curso	53
Quadro 08:	Áreas do <i>campus</i>	53
Quadro 09:	A Biblioteca do <i>Campus</i> Paulista 540,00 m²:	54
Quadro 10:	Setor Administrativo	55
Quadro 11:	Descrição dos equipamentos, Direção de ensino e Coordenações de ADM (Técnico em Administração) e MSI (Técnico em Manutenção e Suporte em Informática)	57
Quadro 12:	Descrição de equipamentos da DAE	57
Quadro 13:	Descrição de equipamentos das salas de aula	57
Quadro 14:	Descrição de equipamentos da Biblioteca	58
Quadro 15:	Descrição de equipamentos do laboratório de informática	58
Quadro 16:	Descrição de equipamentos da sala dos professores	59
Quadro 17:	Descrição de equipamentos da CRADT	59

SUMÁRIO

1	DADOS DE IDENTIFICAÇÃO	7
1.1	IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	7
1.2	IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	7
2	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	9
2.1	HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	9
2.1.1	O IFPE <i>Campus</i> Paulista	14
2.2	JUSTIFICATIVA	16
2.3	CONCEPÇÃO DO CURSO	19
2.4	OBJETIVOS	20
2.4.1	Objetivo Geral	20
2.4.2	Objetivos Específicos	21
2.5	REQUISITOS E FORMA DE ACESSO	21
2.5.1	Público-alvo	21
2.5.2	Critérios de Seleção	22
2.5.3	Meios de Divulgação do Curso	22
2.6	PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO	23
2.7	CARGA HORÁRIA DO CURSO	24
2.8	PERÍODO E PERIODICIDADE	24
2.9	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	24
2.9.1	Concepção e Princípios Pedagógicos	24
2.9.2	Estrutura Curricular	25
2.9.3	Matriz Curricular	26
2.9.4	Fluxograma do Curso	28
2.10	ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS	29
2.10. 1	Atividades Complementares	29
2.10. 2	Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem	30
2.10. 3	Trabalho de Conclusão de Curso	31
2.11	EMENTAS	35
2.12	ACESSIBILIDADE	50
2.13	ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS	50
2.14	CERTIFICAÇÃO	51
2.15	AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO	51
3	CORPO DOCENTE E ADMINISTRATIVO	52

3.1	DADOS DO/A COORDENADOR/A DO CURSO	52
3.2	CORPO DOCENTE	52
3.3	EQUIPE PEDAGÓGICA E ADMINISTRATIVA DO CURSO	53
4	INFRAESTRUTURA FÍSICA	53
5	REFERÊNCIAS	60
	APÊNDICE	63
	ANEXO	103

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1.1 Identificação da Instituição

Instituição	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Razão Social	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Sigla	IFPE
Campus	Paulista
CNPJ	10.767.239/0015-40
Categoria Administrativa	Pública Federal
Organização Acadêmica	Instituto Federal
Ato Legal de Criação	Lei no. 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências
Endereço	Av. Prefeito Geraldo Pinho Alves, Nº 1.400. Maranguape I,
Cidade/UF/CEP	Paulista – PE, 53441-600
Telefone/Fax	(81) 973390728 – DG
E-mail de contato	direcao.geral@paulista.ifpe.edu.br
Sítio do Campus	www.ifpe.edu.br

1.2 Identificação do Curso

Denominação:	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i> em Gestão Pública
Área do Conhecimento (Capes):	Administração – 60200006
Subárea do Conhecimento (Capes):	Administração de Empresas - 60201002
Nível:	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>
Modalidade:	Especialização
Local de oferta:	IFPE <i>Campus Paulista</i>
Periodicidade de oferta:	Anual
Período de Integralização Mínimo:	1 ano e 6 meses (3 semestres)

Período de Integralização Máximo	2 anos (4 semestres)
Número estimado de vagas por turma (mínimo e máximo justificado a partir do EVC):	25
Habilitação/Certificação:	Especialista em Gestão Pública
Carga Horária Total dos Componentes (h/r):	360h
Carga Horária para o Trabalho de Conclusão de Curso (h/r):	30h
Carga Horária Total (CHT) horas-relógio (h/r)	390h

2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

2.1 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

Em 23 de setembro de 1909, por meio do Decreto nº 7.566, o Presidente Nilo Peçanha criou, em cada uma das capitais dos Estados do Brasil, as Escolas de Aprendizes Artífices, destinadas ao ensino profissional primário e gratuito. O objetivo dessas escolas era formar operários e contramestres, com os cursos sendo oferecidos sob o regime de externato, funcionando das 10h às 16h. A Escola de Pernambuco iniciou suas atividades em 16 de fevereiro de 1910.

As Escolas de Aprendizes Artífices foram reformuladas em 1918, por meio do Decreto nº 13.064, de 12 de junho, mantendo, porém, sua função de atender meninos de famílias pobres, com poucas alterações no projeto original. Em 1937, a Lei nº 378, de 13 de janeiro, mudou o nome dessas escolas para Liceus Industriais.

A Lei Orgânica do Ensino Industrial (Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942) trouxe uma transformação significativa, permitindo que as antigas Escolas de Aprendizes Artífices passassem a oferecer o Ensino Médio, tornando-se gradualmente acessíveis a todas as classes sociais. Com a expansão do Ensino Industrial, que abrangia dois ciclos – o básico e o técnico –, essa modalidade passou a ser reconhecida como essencial para o desenvolvimento do país.

Em 1959, a Lei nº 3.552 ampliou a estrutura do Ensino Industrial, e as leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961) e de Expansão e Melhoria do Ensino (Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971) também reformularam essa modalidade de ensino.

Ao longo desse período, a Escola de Ensino Industrial do Recife passou por sucessivas denominações, de Escola de Aprendizes Artífices a Liceu Industrial de Pernambuco, Escola Técnica do Recife e, por fim, Escola Técnica Federal de Pernambuco (ETFPE). Esta instituição contribuiu significativamente para a formação de profissionais na região e no país, adaptando-se às necessidades sociais e ao mercado de trabalho. Sua sede foi transferida várias vezes: inicialmente localizada no antigo Mercado Delmiro Gouveia (atualmente Quartel da Polícia

Militar de Pernambuco), no bairro do Derby, entre 1910 e 1923; depois no antigo Ginásio Pernambucano, na Rua da Aurora; e, a partir de 1933, na Rua Henrique Dias, nº 609, também no Derby, sendo oficialmente inaugurada em 18 de maio de 1934. Em 17 de janeiro de 1983, a ETFPE mudou-se para a Avenida Professor Luiz de Barros Freire, nº 500, no bairro do Curado, em instalações modernas.

Através do Decreto nº 53.558, de 13 de fevereiro de 1964, as Escolas Agrotécnicas Federais passaram a ser denominadas Colégios Agrícolas, oferecendo cursos de nível técnico e ginásial na área agrícola. Em 1979, esses Colégios Agrícolas tornaram-se Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs), e, em 1993, foram transformadas em Autarquias Federais, com autonomia administrativa e didática, conforme a Lei nº 8.731.

Ao longo dos últimos trinta anos, diversas legislações, como a Lei nº 5.692/71, nº 7.044/82 e nº 8.948/94, promoveram transformações nos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), resultando na expansão das Unidades de Ensino Descentralizadas (UNEDs). O Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina (CEFET Petrolina) foi criado a partir da Escola Agrotécnica Federal Dom Avelar Vilela, por meio do Decreto Presidencial de 26 de novembro de 1999. Em 2001, a UNED Petrolina, então pertencente ao CEFET-PE, passou a ter maior autonomia.

Em 1999, o Decreto nº 4.019 transformou a ETFPE no Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco (CEFET-PE), ampliando seu portfólio de cursos e incluindo programas de Ensino Superior. Com a publicação do Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, foi criada a modalidade integrada para os Cursos Técnicos, e em 2005, o Decreto nº 5.478 instituiu o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) nas Instituições Federais de Educação Tecnológica

Com a criação da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, foram estabelecidos os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, sucedendo os antigos CEFETs, Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), constituído pela integração dos antigos CEFETs e Escolas Agrotécnicas, é uma instituição voltada à oferta de Educação Profissional e Tecnológica nas suas diferentes modalidades. Com base nos princípios da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, o IFPE tem como

missão promover a formação integral do ser humano e contribuir para o desenvolvimento sustentável da sociedade. Sua visão é ser uma referência nacional em formação profissional, promovendo a educação, ciência e tecnologia em benefício da sociedade.

Atualmente, o IFPE é composto por vários campi, com destaque para os estabelecimentos originados das antigas Escolas Agrotécnicas Federais e das unidades do CEFET-PE. O Instituto está comprometido em promover uma educação pública de qualidade, gratuita e transformadora, que atenda às demandas sociais e impulsione o desenvolvimento socioeconômico da região.

Recentemente o Governo Federal anunciou que em Pernambuco¹ serão criados *campi* do IFPE nos municípios de Bezerros, Goiana, Santa Cruz do Capibaribe, e em um novo campus no Recife, totalizando um investimento de R\$ 150 milhões. Cerca de 8.400 vagas devem ser criadas no Estado, aproximadamente 80% em cursos técnicos integrados ao Ensino Médio.

O IFPE tem a missão de promover a educação profissional, científica e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidade, com base na indissociabilidade das ações de Ensino, Pesquisa e Extensão, comprometida com uma prática cidadã e inclusiva, de modo a contribuir para a formação integral do ser humano e o desenvolvimento sustentável da sociedade (IFPE, 2022, p. 21). Como já mencionado, tem como visão ser reconhecido como uma instituição comprometida com uma prática cidadã e inclusiva na formação humana, promotora de transformação social e alinhada até 2026, com o desenvolvimento institucional e com os seus valores de Inclusão, Sustentabilidade, Integridade, Gestão Democrática e Governança Pública, assumidos como um compromisso do IFPE com a comunidade acadêmica e a sociedade. (IFPE, 2012, p. 57). A função social do IFPE propõe condições igualitárias de êxito à comunidade e a valorização da ética e da sustentabilidade, como pode ser observada a seguir:

A função social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco é promover uma educação pública de qualidade, gratuita e transformadora, que atenda às demandas sociais e que impulsione o desenvolvimento socioeconômico da região, considerando a formação para o trabalho a partir de uma relação sustentável com o meio ambiente (IFPE, 2012)

¹ Disponível em: <https://portal.ifpe.edu.br/ipojua/noticias/expansao-dos-institutos-federais-criar-maisseiscampi-em-pernambuco/>. Acessado em: 21 de novembro.

Observadas as finalidades da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, o IFPE atua na oferta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, nas formas integradas, concomitante e subsequente, e na modalidade PROEJA; Educação Superior: cursos de Licenciatura, Bacharelados e Superiores de Tecnologia; cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* e curso de Pós-graduação *Stricto Sensu* de Mestrado Interinstitucional (MINTER) e profissional e de Doutorado Interinstitucional (DINTER). De acordo com o catálogo de programas de cursos *Lato Sensu* e *Stricto Sensu* do ano de 2022, o IFPE apresenta os seguintes programas: Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (Campus Olinda); Mestrado Profissional em Filosofia (Campus Vitória de Santo Antão); Mestrado Profissional em Gestão Ambiental (Campus Recife); Especialização em Tecnologias Sustentáveis nas Ciências Agrárias (Campus Vitória de Santo Antão); Especialização em Desenvolvimento, Inovação e Tecnologias Emergentes (Campus Jaboatão); Especialização em Gestão e Qualidade em Tecnologia da Informação e Comunicação (Campus Jaboatão); Especialização em Inovação e Desenvolvimento de *Software* para Web e Dispositivos Móveis; (Campus Garanhuns); Especialização em Educação Ambiental e Cultural (Campus Recife); Especialização em Educação do Campo (Campus Afogados da Ingazeira); Especialização em Ensino de Ciências – Anos Finais do Ensino Fundamental – EaD* (Diretoria de Educação à Distância); Especialização em Ensino de Física e Matemática (Campus Pesqueira); Especialização em Ensino de Matemática no Ensino Médio – EaD * (Diretoria de Educação à Distância); Especialização em Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica – EaD (Diretoria de Educação à Distância); Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica – EaD (Diretoria de Educação à Distância); Especialização em Interdisciplinaridade em Educação e Ciências Humanas (Campus Caruaru); Especialização em Linguagem e Práticas Sociais (Campus Garanhuns); Especialização em

Gestão Estratégica em Logística (Campus Cabo); Especialização em Gestão Pública – EaD* (Diretoria de Educação à Distância); Especialização em Matemática (Campus Barreiros); Especialização em Matemática Comercial, Contábil, Econômica, Atuarial e Financeira (Campus Recife); Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho (Campus Caruaru); Especialização em Energia Solar Fotovoltaica – EaD (Campus Pesqueira); Especialização em Sustentabilidade Urbana (Campus Recife); Especialização em Práticas Interpretativas em Música Popular com Ênfase no Frevo (Campus Recife), nesse contexto, o curso de especialização *Lato Sensu* em Gestão Pública da área de gestão IFPE.

O IFPE também desenvolve atividades de pesquisa incentivando a ampliação dos Grupos de Pesquisa e buscando parcerias com instituições de fomento, além de estimular trabalhos de pesquisa científica e tecnológica realizados por alunos e docentes.

De acordo com o Catálogo de **Grupos de Pesquisa** do FPE, o IFPE Campus Paulista, desenvolve as seguintes linhas de pesquisa: 1. Mecanismo de captura de atividades informais de aprendizagem suportados por LMS; 2. Sistema de Monitoramento em Tempo Real de Água de um Rio; 3. Detecção, Diagnóstico e Prognóstico de Falhas durante a Operação de Aerogeradores; 4. Índice da qualidade do serviço para integração de sistemas intermodais de transporte urbano de passageiros; 5. Uma Infraestrutura de Suporte à Transferência de Conhecimento da Pesquisa para a Prática da Engenharia de *Software*; 6. Discentes Surdos na Educação Profissional e Tecnológica: Identificando ações, estratégias e recursos desenvolvidos a partir das dissertações do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT); 7. A Formação do Leitor-Autor: Práticas de Produção Escrita no IFPE; 8. O gênero diário de leitura como ferramenta para o desenvolvimento da autoria nas práticas de leitura e escrita; 9. Desenvolvimento das competências da Indústria 4.0 por discentes dos cursos de Gestão e Negócios do IFPE Campus Paulista: uma proposta de estudo longitudinal; 10. Desigualdade de Oportunidades no Nordeste do Brasil; 11. Aplicação do paradigma IoT para promover o desenvolvimento econômico e social das comunidades da Mata Sul.

No âmbito da Extensão, o IFPE pauta sua ação no Plano Nacional de Extensão Universitária (PNE), aprovado em 1999 pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, criado em 1987, no qual sinaliza a extensão como um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino à pesquisa de forma indissociável, a fim de viabilizar a transformação da sociedade.

Foram desenvolvidos os **projetos de extensão e pesquisa**: 1. Competição organizacional enquanto representação de uma ideologia bélica: uma proposta de construção conceitual a partir do resgate historiográfico. Coordenador: Prof. Dr. Alexandre Hochmann Behar. Orientandos: Douglas Inacio Fragoso Ferreira (bolsista). Genildo Freitas Prado (voluntário). Luany Kelly Figueirôa Alves (voluntária). Raudyane Soares Marreiro (voluntária). 2. Campus Paulista Mais Verde (Ano 2). Coordenadora: Camila Silva de Lima. Bolsistas: Melissa Araújo de Moraes e Kelli Beatriz de Medeiros Silva. 3. Projeto de extensão Driblando a crise com estratégias de marketing digital e gestão financeira – FIMAR.

Coordenadora e docente local: Rosecleide Ramos Ferreira. Diante dessa experiência em ensino, pesquisa e extensão oferecida pelo IFPE, e em consonância com a atual política do Governo Federal, o Instituto atesta que dispõe de corpo docente, técnico, administrativo e pedagógico qualificado e infraestrutura física adequada que possibilitam oferecer um ensino diferenciado e refinado para a sociedade pernambucana, configurando-se como uma importante ferramenta do Governo Federal para promover a ascensão social daqueles que, através do conhecimento, buscam uma melhor qualidade de vida.

2.1.1 O IFPE *Campus* Paulista

O IFPE- *Campus* Paulista localiza-se às margens da Avenida Brasil, na Av. Prefeito Geraldo Pinho Alves, Nº 1.400, Maranguape I, Paulista/PE CEP: 53441-600. As atividades do *campus* começaram no dia 20 de outubro de 2014 com a aula inaugural para os estudantes, funcionários e convidados dos dois cursos técnicos, a saber: Técnico em Administração e Técnico em Manutenção e Suporte em Informática.

A evolução das turmas e da contratação de professores, por período, foram:

Quadro 1: Evolução das turmas de Administração e Manutenção e Suporte em Informática

	TURMAS ADM	TURMAS MSI	PROFESSORES EFETIVOS
2014.2	2	2	10
2015.1	4	4	17
2015.2	5*	5*	23
2016.1	5	5	24
2016.2	5	5	26
2017.1	6	6	27
2017.2	6	6	27
2018.2	6	6	29
2019.2	6	6	34**

Fonte: Elaboração própria

*Por limitações de espaço, apenas uma entrada de cada curso foi possível. ** Três professores substitutos e 31 efetivos

Como crescimento do *Campus* e a inserção na comunidade local, surgiu a necessidade de se desenvolverem projetos que contemplassem as demandas encontradas nas circunvizinhanças.

A partir de 2015.1, os docentes começaram a se envolver em atividades de Pesquisa e Extensão no *campus*, atendendo às demandas referidas anteriormente.

Seguem os quadros com as listas com os projetos aprovados nos editais:

Quadro 2: Apresentação dos Projetos de Extensão

TÍTULO
Criação de jogo didático para ensino de lógica de programação
Relações de gênero na escola e nas organizações
Desenvolvimento de um aplicativo móvel para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - <i>Campus</i> Paulista
Desenvolvimento de ações de <i>marketing</i> institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - <i>Campus</i> Paulista
Criação do Núcleo de Práticas e Análise de Processos Gerenciais
Sistematização de dados e TI: elementos para fomentar ações estratégicas voltadas para a política de Assistência Estudantil e Avaliação Institucional no IFPE.
MOCCA – Modelo de Cadeira Condutória Automatizada
Desenvolvimento de sistema de apoio à Formação Continuada para Manutenção e Suporte em Informática

Fonte: Elaboração própria

Quadro 3: Apresentação dos Projetos de Pesquisa

TÍTULO
Mecanismo de captura de atividades informais de aprendizagem suportados por LMS.
Sistema de Monitoramento em Tempo Real de de Água de um Rio.
Deteção, Diagnóstico e Prognóstico de Falhas durante a Operação de Aerogeradores.
Índice da qualidade do serviço para integração de sistemas intermodais de transporte urbano de passageiros.
Uma Infraestrutura de Suporte à Transferência de Conhecimento da Pesquisa para a Prática da Engenharia de <i>Software</i>
Discentes Surdos na Educação Profissional e Tecnológica: Identificando ações, estratégias e recursos desenvolvidos a partir das dissertações do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT)
A Formação do Leitor-Autor: Práticas de Produção Escrita no IFPE
O gênero diário de leitura como ferramenta para o desenvolvimento da autoria nas práticas de leitura e escrita.
Desenvolvimento das competências da Indústria 4.0 por discentes dos cursos de Gestão e Negócios do IFPE Campus Paulista: uma proposta de estudo longitudinal; Desigualdade de Oportunidades no Nordeste do Brasil.

Aplicação do paradigma IoT para promover o desenvolvimento econômico e social das comunidades da Mata Sul.

Fonte: Elaboração própria

Atualmente, o Campus Paulista conta dois cursos superiores de tecnologia em Processos Gerenciais e Análise e Desenvolvimento de Sistemas, dois cursos técnicos subsequentes em Administração e Manutenção e Suporte em Informática, dois cursos técnicos integrados em Administração e Informática e dois cursos PROEJA em assistente administrativo e operador de computador.

2.2 JUSTIFICATIVA

O Relatório de Pesquisa intitulado *Identificação da Demanda de Empregabilidade Técnica e Tecnológica* (2012), elaborado pela Praxian, teve como objetivo identificar as necessidades de formação e capacitação profissional para o desenvolvimento socioeconômico da Zona da Mata Norte de Pernambuco, com foco no município de Paulista. Este estudo foi encomendado pela Reitoria do IFPE para avaliar as demandas das empresas locais, tanto públicas quanto privadas, e determinar os eixos de maior necessidade para a empregabilidade na região.

A pesquisa revelou que a escassez de recursos, problemas de infraestrutura e a falta de qualificação da mão de obra são fatores que ainda impactam negativamente a gestão nas empresas da região. Esses desafios são amplamente reconhecidos no Brasil e em outros países. Estima-se que, até 2030 ², poderá haver uma falta global de mais de 85 milhões de trabalhadores qualificados, o que resultaria em uma perda de receitas anuais de trilhões de dólares, de acordo com a multinacional holandesa Randstad. No Brasil, a escassez de talentos já é uma realidade: uma pesquisa publicada pela Manpower em 2022 revelou que o Brasil ocupa a 9ª posição no ranking mundial de dificuldades para preencher vagas de emprego, com um índice de 81% de escassez de talentos, superando a média global.

Esses dados indicam que a qualificação profissional é uma necessidade urgente, especialmente em um cenário de crescimento da demanda por trabalhadores qualificados,

² Disponível em: <https://pt.linkedin.com/pulse/tal-da-falta-de-m%C3%A3o-obra-qualificada-alexandrinebramifmphf>. Acessado em: 21 de novembro de 2024.

sendo essa demanda particularmente relevante para os gestores públicos e suas equipes. Em Pernambuco, por exemplo, mais de 185 municípios enfrentam desafios semelhantes na capacitação de seus gestores e servidores públicos. Para muitos desses gestores, especialmente aqueles em cargos públicos ou como assessores de prefeitos e vereadores, a falta de formação especializada em gestão pública é um obstáculo significativo para o desenvolvimento eficiente das políticas públicas e para o bom funcionamento das administrações municipais.

Desafios na Gestão Pública

A gestão pública é, historicamente, um dos maiores desafios para qualquer governo. Administrar serviços essenciais, como saúde, educação, segurança e moradia, exige não apenas conhecimento técnico, mas também uma visão estratégica que transcenda interesses políticos e partidários. Áreas cruciais, como a logística pública, o planejamento estratégico, a gestão financeira, o controle de gastos públicos e o desenvolvimento de políticas públicas, demandam formação técnica e especializada.

Infelizmente, muitos gestores públicos não possuem a formação necessária para lidar com essas complexas questões. Portanto, a formação de equipes capacitadas para gerenciar esses serviços públicos, com base em conhecimentos técnicos e práticas de gestão adequadas, é fundamental para o sucesso das administrações públicas.

Proposta do IFPE Campus Paulista

Neste contexto, o IFPE Campus Paulista propõe a implantação de um curso de pós-graduação lato sensu em Gestão Pública, com o objetivo de atender à demanda local por uma formação de qualidade, acessível e focada nas necessidades específicas da gestão pública municipal. A implementação do curso é especialmente relevante em um momento em que muitos cidadãos perderam seu poder aquisitivo devido à crise econômica provocada pela pandemia de Covid-19. Em um cenário de recessão, a educação pública de qualidade se apresenta como uma alternativa eficaz para combater os impactos sociais dessa crise, promovendo o desenvolvimento de capital intelectual e o consequente retorno em termos de desenvolvimento econômico.

O curso de Gestão Pública a ser oferecido no campus Paulista será um grande diferencial, pois será um curso de lato sensu, com foco na formação de gestores públicos e servidores municipais qualificados. A proposta é aproveitar a infraestrutura já existente no

campus, incluindo os cursos da área de gestão e negócios, como o Técnico Subsequente e Integrado em Administração e o Tecnólogo em Processos Gerenciais, permitindo o compartilhamento de materiais e laboratórios e promovendo ações interdisciplinares entre as áreas de gestão pública e privada.

Impacto Social

A implantação do curso de Gestão Pública será um esforço conjunto para promover a formação de uma nova geração de gestores qualificados, capazes de implementar políticas públicas eficazes e contribuir para o desenvolvimento regional. Este curso será uma resposta direta à escassez de talentos no setor público e à necessidade de formação especializada em gestão pública. Ele representará uma contribuição significativa para a qualificação de agentes públicos em uma região onde as oportunidades de educação de qualidade são limitadas, especialmente para aqueles que não têm condições de arcar com cursos de pós-graduação pagos.

Além disso, ao oferecer um curso com acesso gratuito e de alta qualidade, o IFPE Campus Paulista reafirma seu compromisso com o papel social da educação pública, promovendo a inclusão social e reduzindo desigualdades regionais. A gestão pública capacitada resultará não apenas em melhorias na administração dos municípios, mas também em um impacto direto no desenvolvimento econômico e social da região, com a possibilidade de implementação de políticas públicas mais eficazes e eficientes.

Diante dos desafios enfrentados pela região e das oportunidades de formação e qualificação profissional que o IFPE Campus Paulista oferece, a criação do curso de Gestão Pública se apresenta como uma solução estratégica para atender às demandas locais. A proposta busca não apenas melhorar a qualificação dos gestores públicos, mas também contribuir para o desenvolvimento sustentável e para a diminuição das desigualdades sociais e econômicas na região. A educação, como vetor de mudança, tem o potencial de transformar a realidade da Zona da Mata Norte e de todo o estado de Pernambuco, consolidando o IFPE Campus Paulista como um pilar fundamental para o progresso educacional e econômico da região.

2.3 CONCEPÇÃO DO CURSO

Gestão pública ou administração pública ³ refere-se ao conjunto de atividades e processos relacionados ao poder do Estado para organizar e gerir os serviços essenciais à sociedade, como saúde, educação, segurança pública, transporte, entre outros. A gestão pública envolve a criação e execução de políticas públicas, regulamentação, fiscalização e o uso eficiente dos recursos públicos para atender às necessidades da população. É uma área fundamental para garantir a qualidade de vida da sociedade, sendo responsável por trabalhar questões de interesse coletivo que afetam diretamente o bem-estar da população.

Neste contexto, o investimento em qualificação profissional dos servidores públicos e a profissionalização da gestão pública são determinantes para o aprimoramento da qualidade dos serviços prestados pelo Estado⁴. A motivação da força de trabalho pública e a capacitação dos gestores públicos têm um impacto direto na eficiência e eficácia das administrações públicas, o que, por sua vez, influencia a qualidade da gestão pública em diversos níveis.

O curso de pós-graduação *lato sensu* em Gestão Pública oferecido pelo IFPE Campus Paulista visa promover uma formação inovadora e direcionada para as necessidades contemporâneas da gestão pública, através da qualificação de profissionais que possam atuar de forma estratégica nas várias áreas da administração pública, como logística pública, controle de custos no serviço público, finanças públicas, orçamentos públicos, auditoria pública, gestão de órgãos de controle, entre outros, buscando a contextualização dos saberes escolares na articulação entre os saberes científicos e os saberes cotidiano através de uma abordagem interdisciplinar que considera a prática profissional como eixo integrador da relação entre conhecimentos gerais e específicos, garantindo a contextualização, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade, conforme preconiza o PPPI do IFPE.

Segundo Santos, Silva e Silva (2012), contextualizar ⁵ é construir significados, incorporando valores que explicitem o cotidiano, com uma abordagem social e cultural, que facilitem o processo da descoberta. É levar o aluno a entender a importância do conhecimento e aplicá-lo na compreensão dos fatos que o cercam.

³ Disponível em: <https://sejarelevante.fdc.org.br/gestao-publica/>. Acessado em: 21 de novembro de 2024.

⁴ Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/administracao/gestao-publica-no-brasil>. Acessado em: 21 de novembro de 2024.

⁵ SANTOS, É. P.; SILVA, B.C. de F. ; SILVA, G. B. da . A contextualização como ferramenta didática no ensino de química. in: vi colóquio internacional educação e contemporaneidade, 2012, São Cristóvão-SE. <http://www.educonufs.com.br/cdvicoloquio>, 2012.

Para Thiesen (2008), um processo educativo desenvolvido na perspectiva interdisciplinar ⁶ possibilita o aprofundamento da compreensão da relação entre teoria e prática, contribui para uma formação mais crítica, criativa e responsável e coloca escola e educadores diante de novos desafios tanto no plano ontológico quanto no plano epistemológico.

O IFPE Campus Paulista está estrategicamente localizado em uma região com grande potencial de desenvolvimento, tanto em termos turísticos quanto em termos de gestão pública. A proximidade com municípios como Recife, Olinda, Abreu e Lima, Igarassu, Itapissuma, Itamaracá, Jaboatão dos Guararapes e Cabo de Santo Agostinho, cidades com grandes necessidades de gestão pública e potencial de crescimento, torna o campus um ponto privilegiado para a oferta deste curso de pós-graduação. Além disso, o município de Paulista está bem posicionado para servir como um ponto de acesso estratégico para outras regiões e estados, o que amplia as possibilidades de impacto regional.

A proposta de qualificação para gestores públicos busca, portanto, não apenas formar profissionais com conhecimento técnico e habilidades práticas, mas também profissionais críticos, reflexivos, éticos, criativos e inovadores. Esses gestores serão preparados para atuar de forma eficiente e estratégica nas áreas públicas, contribuindo para a otimização da gestão pública, a sustentabilidade das organizações públicas e do terceiro setor, e para o desenvolvimento local e nacional.

2.4 OBJETIVOS

2.4.1 OBJETIVO GERAL

Formar especialistas em Gestão Pública capazes de atuar como agentes de melhoria na administração pública, desenvolvendo competências essenciais para liderar, articular, gerir e pensar estrategicamente as ações governamentais de forma inovadora. O curso visa preparar os profissionais para enfrentar os desafios e as perspectivas da gestão pública nos níveis

⁶ THIESEN, Juares S.. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino aprendizagem. Revista Brasileira de Educação, v. 13, p. 545-554, 2008

municipal, estadual e federal, com o objetivo de aprimorar os serviços prestados à sociedade nas respectivas áreas de atuação.

2.4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- **Qualificar profissionais para atuar no gerenciamento de serviços públicos** nas esferas municipal, estadual e federal, visando otimizar a execução de políticas públicas que atendam às necessidades da sociedade de forma eficiente e eficaz.
- **Preparar gestores eficientes para o gerenciamento de recursos, bens e serviços públicos**, assegurando que esses recursos sejam utilizados de maneira transparente e eficiente, para o atendimento adequado às demandas da população.
- **Capacitar gestores públicos para planejar, organizar, coordenar e controlar atividades e projetos** voltados ao bem-estar da população e ao desenvolvimento sustentável das regiões em que atuam, promovendo políticas públicas que atendam às reais necessidades da comunidade.

Esses objetivos têm como foco a formação de gestores públicos estratégicos, capacitados para atuar em contextos desafiadores, empregando as melhores práticas de administração pública para melhorar a qualidade de vida da população e contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região. Ao formar profissionais qualificados, o IFPE Campus Paulista busca, também, fortalecer a gestão pública local, promover a melhoria contínua dos serviços prestados aos cidadãos e contribuir para o fortalecimento das instituições e políticas públicas em Pernambuco e no Brasil.

2.5 REQUISITOS E FORMA DE ACESSO

2.5.1 PÚBLICO-ALVO

O curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública é destinado a profissionais com formação superior nas mais diversas áreas do conhecimento, como: Administração, Economia, Direito, Ciências Sociais, Psicologia, Ciências Contábeis, Ciência Política, Gestão,

entre outras áreas correlatas. O curso é voltado para aqueles que desejam adquirir conhecimentos específicos na área de gestão pública, com o objetivo de atuar de forma qualificada em organizações públicas, bem como no desenvolvimento e implementação de políticas públicas.

2.5.2 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Para ingresso no curso, os candidatos deverão ser aprovados por meio de um processo seletivo, que será composto por três etapas consecutivas:

1. **Análise Curricular:** Avaliação do currículo profissional do candidato, com foco em sua formação acadêmica e experiência profissional.
2. **Análise Documental:** Verificação dos documentos exigidos para inscrição no curso, conforme especificado no edital do processo seletivo.
3. **Entrevista:** Realização de uma entrevista para avaliar a motivação do candidato, suas expectativas em relação ao curso e seu potencial para atuar na gestão pública.

Documentos exigidos para inscrição:

- Formulário de inscrição devidamente preenchido;
- Fotografia 3x4 (recente);
- Cópias autenticadas do diploma de graduação e do histórico escolar do curso;
- Currículo no formato Lattes, comprovado, datado e assinado pelo candidato;
- Se o candidato for servidor público ou atuar na área de gestão pública (cargo efetivo, concursado ou comissionado), deverá apresentar carta de apresentação da instituição em que trabalha, informando o interesse da instituição em sua participação no curso e garantindo a compatibilidade de horários para a realização do curso.

O processo seletivo será conduzido por uma comissão de seleção composta por profissionais do IFPE Campus Paulista e será regido por edital, que trará todas as regras e orientações para participação.

2.5.3 MEIOS DE DIVULGAÇÃO DO CURSO

A divulgação do curso será realizada por meio de diversos canais de comunicação, com o objetivo de atingir de maneira eficaz e abrangente o público-alvo.

Entre os principais meios de divulgação, destacam-se:

- Redes sociais e o site institucional do IFPE, que possibilitarão o alcance de um público amplo e diversificado, interessado nas oportunidades de formação oferecidas.
- Convênios e parcerias com instituições e organizações da região, que facilitarão o acesso ao público-alvo e promoverão a integração do curso com o mercado local.

2.6 PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

Ao concluir o curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública, o especialista estará preparado para exercer atividades com base nos princípios da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. O perfil do profissional formado será o de um gestor público qualificado e capaz de atuar de forma ética e estratégica nas diversas esferas da administração pública.

Entre as competências que o egresso do curso desenvolverá, destacam-se:

- Gestão de organizações públicas e instituições governamentais;
- Formulação e implementação de políticas públicas nas áreas de planejamento, desenvolvimento e avaliação de projetos;
- Assessoria e consultoria técnica para órgãos públicos e privados relacionados ao setor público;
- Controle orçamentário e gestão de licitações;
- Avaliação da performance das instituições públicas, garantindo a eficiência e a transparência na administração pública.

O profissional será capaz de atuar em diversas áreas da gestão pública, sendo um agente da melhoria contínua dos serviços prestados à população, por meio de uma abordagem crítica, reflexiva e inovadora.

2.6 CARGA HORÁRIA DO CURSO

O curso de **Pós-graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública** terá uma carga horária total de **390 horas**. A carga horária será distribuída entre aulas teóricas, práticas, atividades complementares e o desenvolvimento de um trabalho de conclusão de curso (TCC).

2.7 PERÍODO E PERIODICIDADE

O curso será ofertado de forma cíclica, com cada turma tendo duração aproximada de 16 meses, conforme o planejamento acadêmico. Durante esse período, os alunos terão uma formação sólida e contínua, com acompanhamento regular de seus progressos e atividades.

2.9 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

2.9.1 CONCEPÇÃO E PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS

A organização pedagógica do curso segue os princípios do Ministério da Educação, com foco na relação teoria-prática como estrutura fundamental. A concepção curricular visa a qualificação de gestores públicos, desenvolvendo competências que atendem tanto às necessidades do mercado de trabalho quanto às exigências da administração pública contemporânea.

Os princípios pedagógicos do curso incluem:

- **Teoria e Prática:** A aprendizagem será promovida por meio de aulas teóricas, complementadas pelo uso de recursos como projetores multimídia, vídeos e slides, que servirão para apresentar e problematizar o conteúdo. Após as exposições teóricas, haverá momentos de discussão e troca de experiências entre alunos e professores.
- **Aulas práticas:** Serão oferecidas atividades em laboratórios e vivências em salas ambiente, com o objetivo de proporcionar aos alunos uma compreensão mais aprofundada dos conteúdos teóricos e suas aplicações no contexto da gestão pública.
- **Seminários e palestras:** A interação com profissionais da área será promovida por meio de seminários e palestras, permitindo que os alunos ampliem sua visão sobre as

práticas e os desafios da gestão pública, além de possibilitar o contato com experiências reais do setor.

- **Visitas técnicas:** Serão realizadas visitas a empresas e instituições públicas, proporcionando aos alunos uma visão prática dos processos administrativos e da aplicação dos conceitos aprendidos em cenários reais, além de facilitar o contato com a realidade do setor público.
- **Pesquisas e elaboração de projetos:** Os alunos terão a oportunidade de desenvolver projetos de gestão pública, criando soluções para problemas contemporâneos da administração pública. Essas iniciativas serão baseadas em desafios reais enfrentados por órgãos públicos, proporcionando aos alunos uma vivência prática da implementação de políticas públicas.

A interdisciplinaridade será um princípio central, garantindo que os alunos compreendam a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Este enfoque proporcionará uma formação completa, alinhada com as demandas atuais da administração pública e com as necessidades da sociedade.

Com esses elementos, o curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública do IFPE Campus Paulista oferecerá uma formação de excelência, preparando os alunos para se tornarem líderes estratégicos na administração pública, capazes de promover melhorias significativas na gestão dos serviços públicos.

2.9.2 ESTRUTURA CURRICULAR

O curso está organizado em 2 módulos, cada um com duração semestral.

O primeiro módulo está focado em apresentar os principais fundamentos da gestão pública, onde serão abordados os conceitos gerais da gestão pública, bem como as principais noções sobre planejamento e finanças públicas.

O segundo módulo está focado em apresentar temas avançados na área de gestão pública, tais como: Logística Pública, Gestão de Processos no Serviço Público, Auditoria Pública, Controle de Custos no Serviço Público, entre outros. Por fim, o estudante terá uma

noção fundamentada sobre metodologia científica e realizará junto ao seu orientador seu Trabalho de Conclusão de Curso.

2.9.3 MATRIZ CURRICULAR

A **Matriz Curricular** do curso de **Pós-graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública** no **IFPE Campus Paulista** está estruturada em três módulos semestrais, totalizando uma carga horária de **390 horas**. Abaixo segue a distribuição das disciplinas em cada módulo, com a carga horária correspondente:

Quadro 4 – matriz curricular do curso de pós-graduação *lato sensu* em gestão pública

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	 INSTITUTO FEDERAL PERNAMBUCO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO Campus Paulista Av. Prefeito Geraldo Pinho Alves, Nº 1.400. Maranguape I, Paulista - PE, 53441-601 MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO <i>LATO SENSU</i> EM GESTÃO PÚBLICA TRÊS MÓDULOS SEMESTRAIS TURNO: DIURNO E NOURNO HORA AULA: 60 minutos	
MÓDULO I – DISCIPLINAS DE BASE	
NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
Oratória e retórica	12h
Direito administrativo	24h
Desafios Contemporâneos e Inovação na Gestão Pública	24h
Análise de Dados e Indicadores Sócio Econômicos	24h
Gestão e Avaliação de Políticas Públicas	24h
Contabilidade Pública	24h
Planejamento estratégico	24h

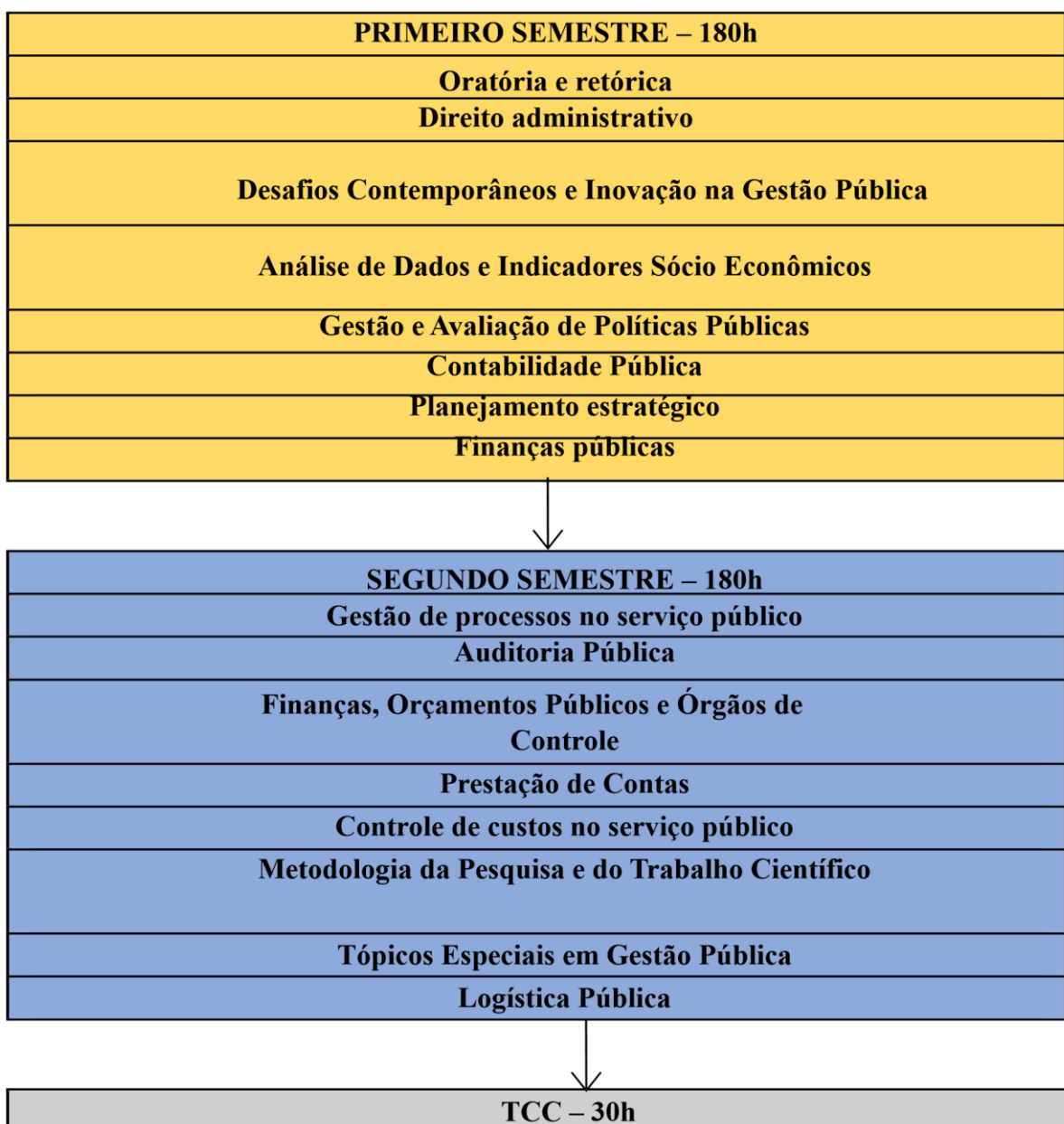
Finanças públicas	24h
Total do módulo	180h
MÓDULO II – DISCIPLINAS AVANÇADAS	
NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
Gestão de processos no serviço público	18h
Auditoria Pública	24h
Finanças, Orçamentos Públicos e Órgãos de Controle	24H
Prestação de Contas	24h
Controle de custos no serviço público	24h
Metodologia da Pesquisa e do Trabalho Científico	24h
Tópicos Especiais em Gestão Pública	24h
Logística Pública	18h
Total do módulo	180h
TCC	30h
Carga horária total do curso	390h

Quadro 5 – lista de componentes curriculares, módulos, professor responsável e carga horária.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA			 INSTITUTO FEDERAL PERNAMBUCO
COMPONENTE CURRICULAR	MÓDULO/BLOCO/ (OBRIGATÓRIO/OPTATIVO)	PROFESSOR RESPONSÁVEL	CARGA HORÁRIA TOTAL (H/R)
Oratória e retórica	I	Saulo Medeiros	12h
Direito administrativo	I	Ricardo Russel	24h
Desafios Contemporâneos e Inovação na Gestão Pública	I	Alba Barbosa	24h
Análise de Dados e Indicadores Sócio Econômicos	I	Luiz Guimarães	24h

Gestão e Avaliação de Políticas Públicas	I	Lutemberg Santana	24h
Contabilidade Pública	I	João Bosco	24h
Planejamento estratégico	I	Marcelino Caetano	24h
Finanças públicas	I	Carlos Gustavo	24h
Gestão de processos no serviço público	II	Saulo Medeiros	18h
Auditoria Pública	II	Marcelino Caetano	24h
Finanças, Orçamentos Públicos e Órgãos de Controle	II	Lutemberg Santana	24H
Prestação de Contas	II	Carlos Gustavo	24h
Controle de custos no serviço público	II	João Bosco	24h
Metodologia da Pesquisa e do Trabalho Científico	II	Luiz Guimarães	24h
Tópicos Especiais em Gestão Pública	II	Alba Barbosa	24h
Logística Pública	II	Saulo Medeiros	18h

2.9.4 FLUXOGRAMA DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM GESTÃO PÚBLICA



2.10 ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

2.10.1 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Durante o curso, o aluno poderá participar de **atividades complementares**, que, embora não sejam obrigatórias, contribuirão para o enriquecimento acadêmico e profissional. Essas atividades incluem:

- **Participação em eventos acadêmicos e científicos** relacionados às áreas abordadas nas disciplinas.
- **Produção de artigos científicos** apresentados em congressos de pesquisa e publicações em revistas especializadas.
- **Publicação de artigos científicos** em meios de divulgação diversos.
- **Visitas técnicas** a órgãos públicos, empresas e indústrias, proporcionando uma vivência prática e contextualizada com a realidade da gestão pública.

2.10.2 AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A avaliação no curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública tem como objetivo acompanhar a construção das competências e habilidades dos alunos ao longo do curso, promovendo a melhoria contínua do processo de ensino-aprendizagem. Para tanto, a avaliação será realizada de forma diagnóstica, formativa e somativa, com o intuito de identificar o progresso dos alunos e ajustar o processo educativo de acordo com suas necessidades.

A avaliação será adaptada às características de cada disciplina, podendo assumir diferentes formas, tais como provas, trabalhos individuais ou em grupo, seminários, pesquisas e outras atividades acadêmicas. O professor responsável por cada disciplina será encarregado de definir os métodos de avaliação, bem como a distribuição das notas, sempre respeitando os objetivos de aprendizagem estabelecidos no plano de ensino.

Além disso, a frequência será um critério importante na avaliação. O aluno deverá atingir, no mínimo, 75% de presença em cada disciplina para ser considerado aprovado.

Caso o estudante ultrapasse 25% de faltas em qualquer disciplina, será automaticamente reprovado.

Critérios de Aprovação:

- Frequência mínima de 75% nas atividades acadêmicas.
- Média mínima de 7,0 (sete) nas avaliações parciais e finais de cada disciplina.

O processo de avaliação tem o objetivo de verificar se os alunos alcançaram os resultados de aprendizagem propostos, oferecendo *feedback* constante sobre o desempenho

acadêmico. Esse *feedback* será importante tanto para os estudantes quanto para os docentes, visando sempre aprimorar o processo educativo. Dessa forma, a avaliação estará em conformidade com a Organização Acadêmica do IFPE, contribuindo para o sucesso do curso.

O curso de Pós-graduação Lato Sensu em Gestão Pública do IFPE Campus Paulista foi desenvolvido para atender à crescente demanda por gestores públicos qualificados, que possuam uma visão crítica e estratégica sobre as complexas questões da administração pública. A matriz curricular está estruturada para garantir uma formação sólida, combinando teoria e prática, e proporcionando uma formação de excelência no desenvolvimento de habilidades técnicas e gerenciais no setor público.

2.10.3 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma etapa fundamental no processo de formação do pós-graduando, oferecendo a oportunidade de aplicar, de maneira prática, os conhecimentos adquiridos durante o curso de Pós-graduação Lato Sensu em Gestão Pública. O TCC deverá ser apresentado de forma escrita e poderá adotar diferentes formatos, como:

- Monografia
- Revisão sistemática e aprofundada da literatura
- Artigo científico
- Publicações tecnológicas
- Relatórios finais de pesquisa
- Estudos de caso

Objetivo do TCC

O principal objetivo do TCC é proporcionar ao pós-graduando a oportunidade de demonstrar a aplicação dos conhecimentos e competências adquiridos ao longo do curso. O trabalho deverá abordar uma questão ou tema relevante dentro da área de gestão pública, discutindo e problematizando os conceitos estudados nas disciplinas. Além disso, a elaboração do TCC deve contribuir para o avanço da área de concentração do curso, promovendo reflexões e propostas que possam impactar positivamente a gestão pública.

Orientação e Acompanhamento

O TCC será desenvolvido sob a orientação de um professor do curso, com acompanhamento contínuo desde a elaboração da metodologia de pesquisa até a redação final. O orientador desempenhará um papel essencial na definição do tema, construção da metodologia e revisão crítica do trabalho, assegurando que o projeto esteja alinhado aos objetivos do curso e aos critérios acadêmicos exigidos.

Critérios para a Realização do TCC

O desenvolvimento do TCC deverá observar os seguintes critérios:

- **Vinculação da temática à proposta do curso:** O tema do TCC deve estar diretamente relacionado aos objetivos do curso de gestão pública, abordando questões pertinentes à administração pública, políticas públicas, gestão de processos, controle financeiro, entre outros.
- **Pertinência e contribuição científica do problema de estudo:** O problema de pesquisa deve ser relevante para o campo da gestão pública, gerando novos conhecimentos ou soluções aplicáveis ao setor público.
- **Pertinência e qualidade do quadro referencial teórico:** A fundamentação teórica deve ser adequada à problemática estudada, utilizando bibliografia atualizada e pertinente, que contribua para a análise e interpretação dos dados.
- **Adequação da metodologia aplicada:** A metodologia de pesquisa deve ser apropriada ao problema em estudo, com definição clara dos métodos e técnicas de coleta e análise de dados.
- **Atendimento às normas brasileiras para elaboração de trabalhos científicos:** O TCC deverá seguir as normas da ABNT (ou outras normas especificadas) para formatação, citações e referências bibliográficas, garantindo a padronização acadêmica do trabalho.

Avaliação e Defesa do TCC

A avaliação do TCC será realizada por uma banca examinadora composta por três membros:

- O orientador, que atuará como presidente da banca.
- Dois professores convidados, sendo pelo menos um externo ao curso.

Somente os estudantes que estiverem aprovados em todas as disciplinas do curso poderão realizar a defesa do TCC.

A defesa do TCC ocorrerá da seguinte forma:

1. **Apresentação do trabalho (20 minutos):** O aluno terá 20 minutos para apresentar o TCC para a banca, destacando os principais pontos do estudo, a metodologia utilizada e os resultados encontrados.
2. **Arguição e Considerações (30 minutos):** A banca fará perguntas, observações e considerações sobre o trabalho apresentado, com o objetivo de avaliar a profundidade da pesquisa, a consistência dos argumentos e a capacidade de defesa do aluno.

Ao final da defesa, a banca realizará uma deliberação consensual, e o aluno receberá um dos seguintes conceitos:

- Aprovado
- Reprovado

Prazo para Submissão da Versão Final

- Caso o aluno seja aprovado, ele terá 30 dias para entregar a versão final do TCC à secretaria do curso. Caso o prazo não seja cumprido, o estudante não terá direito ao certificado de conclusão.
- Se o aluno for reprovado, a banca examinadora deverá decidir se ele poderá ou não continuar com o mesmo tema para a segunda versão do TCC. O aluno então terá um novo prazo para realizar o trabalho e agendar uma nova defesa.

O TCC é um momento crucial na formação acadêmica e profissional dos pós-graduandos, pois possibilita a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos. Além de ser uma etapa importante na avaliação para a conclusão do curso, o TCC visa assegurar que os alunos apresentem projetos de alta qualidade que tragam contribuições significativas para a área de gestão pública.

Esse formato do TCC garante que os alunos possam demonstrar suas capacidades analíticas, críticas e criativas na resolução de problemas relacionados à gestão pública, proporcionando uma formação completa e aplicada.

2.11 EMENTÁRIO DOS COMPONENTES CURRICULARES

Nome	C. H. TOTAL (H/R)	MÓDULO
ORATÓRIA E RETÓRICA	<i>12h</i>	<i>I</i>

EMENTA

A importância da oratória no serviço público. A comunicação interpessoal do gestor com sua equipe. Como se expressar entre líderes no serviço público. Comunicação como fator de sucesso nas relações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

POLITO, Reinaldo. **Como falar corretamente e sem inibições**. 111. ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Saraiva, 2009.
 POLITO, R. **Assim é que se fala: como organizar a fala e transmitir ideias**. São Paulo: Saraiva, 2005.
 SAMPAIO, Mônica. **Curso de Locução Dirigida Para Todas as Profissões**. Rio de Janeiro: Brasport, 2012

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVES, Leo da Silva. **Arte da Oratória: Os Segredos do Orador de Sucesso**. São Paulo: Forense, 2004.
 Souza, Cláudio de. **Curso de Oratória e Marketing Pessoal**. Minas Gerais: Líder, 2010.
 POLITO, Reinaldo. **Recursos Audiovisuais: Nas Apresentações de Sucesso**. São Paulo: Saraiva, 2009.
 ESPOSITO, Janet. **Como Atuar e Falar em Público Sob os Holofotes**. São Paulo: M. Books, 2011.
 POMBO, Ruth Rocha. **A Arte de Se Expressar Bem em Público**. São Paulo: Editora Vozes, 2010.

Nome	C. H. TOTAL (H/R)	MÓDULO
Direito Administrativo	<i>24h</i>	<i>I</i>

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Curso de Direito Administrativo**. 33ª.ed. São Paulo: Malheiros, 2016.
 CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 31ª.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Curso de Direito Administrativo**. 5a ed. São Paulo: Método, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito Administrativo Descomplicado**. 25ª.ed. São Paulo: Saraiva, 2017
 GASPARINI, Diogénes. **Direito Administrativo**. 17ª.ed. São Paulo: Saraiva, 2012
 JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à lei de licitação e contratos**. 17ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.
 MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo**. 8ª.ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
 PIETRO, Maria Sylvia Zanela Di. **Direito Administrativo**. 30ª.ed. São Paulo: Saraiva, 201

Nome	C. H. TOTAL (H/R)	MÓDULO
<i>Desafios Contemporâneos e Inovação na Gestão Pública</i>	24h	I

EMENTA

Introdução aos Desafios Contemporâneos na Gestão Pública. Inovação e Modernização na Gestão Pública. Tendências Futuras e Inovação em Gestão Pública.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Rocha, José Cláudio. **Inovação na administração pública** / José Cláudio Rocha. – Brasília: PNAP; Recife: UPE / NEAD, 2021.
 CAVALCANTE, P.; CAMÕES, M.; CUNHA; SEVERO, B. (orgs.). **Inovação no setor público: teoria, tendências e casos no Brasil**. 1ed. Brasília: Ipea, 2017.
 OCDE. **The Innovation Imperative in the Public Sector: setting an agenda for action**. OECD Publishing, Paris, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SECCHI, L. **Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções**, São Paulo: Editora Cengage, 2016.
 IPEA. **Boletim de Políticas Sociais** - acompanhamento e análise, nº 29, 2022. IPEA. **Boletim de Políticas Sociais** - acompanhamento e análise, nº 28, 2021.

Nome	C. H. TOTAL (H/R)	MÓDULO
<i>Análise de Dados e Indicadores Sócio Econômicos</i>	24h	I

EMENTA

Apresentar as diferentes fontes de dados, pesquisas, relatórios sociais e sítios de informação estatística. Principais boletins de conjuntura; e principais pesquisas econômicas do IBGE.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FEIJÓ, C. et al. **Para entender a conjuntura econômica**. Barueri, Manole, 2008, p. 1-60.

JANNUZZI, Paulo M. **Indicadores Sociais: conceitos básicos para uso na avaliação e formulação de políticas**. campinas: Alínea 2001, p.11-63

GUIMARÃES, J. R. S.; JANNUZZI, P. M. IDH – **Indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica**. *Revista Brasileira. Est. Urbanos e Regionais*, Salvador, 7 (1):73-89, 2005

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

IBGE. Indicadores sociais municipais. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 22 ago. 2024.

_____. Síntese de Indicadores Sociais. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 22 ago. 2024.

_____. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/> Acesso em: 22 ago. 2024.

IPEA. Boletim de Políticas Sociais. Brasília, 2006.

Nome	C. H. TOTAL (H/R)	MÓDULO
Gestão e Avaliação de Políticas Públicas	24h	I

EMENTA

Contextualização, conceitos e avaliação de programas e políticas públicas; Programas e políticas como intervenções na realidade; Tipologias de Avaliação e Técnicas de Análise; Pesquisa Avaliativa; Projeto de Avaliação; Problemas e desafios da avaliação de programas e políticas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.
 HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. **Política Pública, seus ciclos e subsistemas**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2013.
 WU, M. RAMESH, Michael Howlett, SCOTT Fritzen. **Guia de políticas públicas: gerenciando processos**. Enap, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BROUSSELLE, A., CHAMPAGNE, F., **Contandriopoulos, A. P.**, Hartz, Z. (Org.) Avaliação – conceitos e métodos. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011. MARQUES, E.; FARIA, C.A.P. (orgs.) **A Política Pública como Campo Multidisciplinar**. São Paulo: Editora Unesp/Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2013. SECCHI, L. **Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções**, São Paulo: Editora Cengage, 2016. CAPELLA, A. C. N. **Formulação de Políticas**. Brasília: Enap, 2018.
 JANNUZZI, P. de M. **Monitoramento e avaliação de programas sociais: uma introdução aos conceitos e técnicas**. Campinas: Alínea, 2016.

Nome	C. H. TOTAL (H/R)	MÓDULO
Contabilidade Pública	24h	I

EMENTA

Serviço e administração pública e campo de aplicação da contabilidade pública e gestão administrativa; orçamento público, LDO e plano plurianual; receita pública; despesa pública; licitações e contratos administrativos; execução orçamentária e controles contábeis; créditos adicionais; regime de adiantamento; controle interno e externo; lei de responsabilidade fiscal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BEZERRA FILHO. João Eudes. **Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. Atlas, São Paulo, SP: 2021.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei 4320 de 17 de março de 1964. 30. ed. Rio de Janeiro: IBAM, 2000.

BRASIL. Lei complementar 101 de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2000.

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2000

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade pública - teoria e prática**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATIAS, Alberto Borges; CAMPELLO, Carlos A.G.B. **Administração financeira municipal**. São Paulo: Atlas, 2000.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade pública na gestão municipal**. São Paulo: Atlas, 2003.

ANGÉLICO, João. **Contabilidade pública**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ARAUJO, Inaldo da Paixão Santos e ARRUDA, Daniel Gomes. **Introdução à contabilidade governamental – Da teoria a pratica**. Salvador: ZNT, 1999.

Nome	C. H. TOTAL (H/R)	MÓDULO
Planejamento Estratégico	24h	I

EMENTA

Conceito de estratégia; Tipos de estratégia; Elementos para o Planejamento Estratégico; Diagnóstico estratégico: análise do ambiente interno e externo; Balanced Scorecard (BSC); Os limites da Administração estratégica; Sistema de Administração Estratégica; Diagnóstico estratégico; Os tipos da Administração estratégica; Técnicas para planejamento estratégico e Avaliação do Planejamento Estratégico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia, práticas**. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

KAPLAN, R.; NORTON, D. P. **Organização orientada para a estratégia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

MINTZBERG, Henry. AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. **Safári de Estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico**. Porto Alegre: Bookman, 2010. PORTER, Michael. **Estratégia competitiva: técnicas para a análise da indústria e da concorrência**. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, A. **Estratégia, Execução e Diferenciação Baseadas na Informação: Um estudo em organizações brasileiras e portuguesas**. Rio de Janeiro: CRA-RJ, 2016.

GHOSHAL, S.; TANURE, B. **Estratégia e Gestão Empresarial. Construindo empresas brasileiras de sucesso: Estudos de Caso**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. KOTLER, Philip. **Administração de Marketing**, 10ª Ed. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

MINTZBERG, H.; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. **Management não é o que você pensa**. Porto Alegre: Bookman, 2011.

MINTZBERG, Henry. **Ascensão e queda do planejamento estratégico**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

PORTER, Michael. **Competição**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. BERNARDI, Luiz Antônio. **Manual de Empreendedorismo e Gestão: Fundamentos, Estratégias e Dinâmicas**. São Paulo: Atlas, 2009.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Estratégia Empresarial & Vantagem Competitiva: como estabelecer, implementar e avaliar**. São Paulo: Atlas, 2012.

PRAHALAD, C. K.; HAMEL, Gary. **Competindo pelo futuro**. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

SERRA, F.; TORRES, M.C.; TORRES, A.P.; FERREIRA, M.P. **Administração Estratégica: Conceitos**, STENGEL, J. **Cresça: Como ideias potencializam crescimento e lucro nas maiores companhias do mundo**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2013.

WRIGHT, P.; KROLL, M. J.; PARNELL, J. **Administração Estratégica: conceitos**. São Paulo: Atlas, 2000.

Nome	C. H. TOTAL (H/R)	MÓDULO
Finanças, Orçamento Público e Órgãos de Controle	24h	I

EMENTA

Política fiscal e funções do Estado. Bens Públicos: provisão e distribuição ótima. Teoria da tributação e da incidência. Equidade e eficiência tributária. Avaliação de dispêndios públicos. Federalismo fiscal e o sistema tributário brasileiro. Finanças públicas locais, política fiscal e provisão de bens públicos nos estados e municípios. Normas e limites para administrar as finanças públicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASSIS, Luiz Gustavo. **Processo Legislativo e Orçamento Público: função e controle do parlamento**. São Paulo: Saraiva, 2012.

GIAMBIAGI, Fábio; Além, Ana Cláudia de. **Finanças públicas: teoria e prática no Brasil**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011.

MATIAS-Pereira, José. **Finanças Públicas: a política orçamentária no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BEZERRA Filho, João Eudes. **Orçamento Aplicado ao Setor Público**. São Paulo: Atlas, 2012.

BRASIL. Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm>.

BRASIL. Lei n. 10.180, de 06 de fevereiro de 2001. Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/10180.htm>.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. 15ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Mendes, M. J. **Sistema Orçamentário Brasileiro: planejamento, equilíbrio fiscal e qualidade do gasto público**. Cad. Fin. Públ. Brasília, n.9, p. 57-102, dez.2009.

Nome	C. H. TOTAL (H/R)	MÓDULO
Mapeamento e desenho processos no serviço público	18h	II

EMENTA

Processos como uma abordagem na gestão das organizações. Identificação do conjunto de atividades dos setores. Análise da cadeia de valor dos processos administrativos, identificação, definição e obtenção dos dados e diagnósticos dos processos. Desenho, arranjo físico, análise de fluxos e a gestão dos processos. Padronização e manualização.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Administração de processos: conceitos, metodologias, práticas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

BARBARÁ, Saulo (org.). **Análise e melhoria de processos de negócios**. São Paulo: Atlas, 2012.

CRUZ, Tadeu. **Sistemas, métodos e processos: Administrando organizações por meio de processos de negócios**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DIAS, Sergio Vidal dos Santos. **Manual de controles internos: desenvolvimento e implantação: exemplos de processos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2010.

COUTO, Boanerges do Amaral; MARASH, Ira Robert. **Gestão por Processos em Sistemas de Gestão**. Rio de Janeiro: Qualitymark 2012.

DIAS, Sérgio V. S. **Manual de controles internos: exemplos de processos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2010

NUNES, Rogério da Silva. **Análise e melhoria de processos**. Florianópolis: CAD/MS, 2014.

Nome	C. H. TOTAL (H/R)	MÓDULO
Auditoria Pública	24h	II

EMENTA

Estado e Administração Pública; Controle na Administração Pública; Prestação e Tomada de Contas; Introdução à Auditoria Governamental; Planejamento da Auditoria; Técnicas e Procedimentos de Auditoria; Achados e Evidências em Auditoria; Papéis de Trabalho; Relatório, Parecer e Certificado de Auditoria; Normas de Auditoria Governamental e Casos em Auditoria Governamental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTRO, Domingos Poubel de. **Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público**. 7. ed. - São Paulo : Atlas, 2018.

PETER, Maria da Glória Arrais; MACHADO, Marcus Vinícius Veras. **Manual de auditoria governamental**: 2. ed. – São Paulo: Atlas, 2014.

IMONIANA, Joshua Onome. **Auditoria: Planejamento, Execução e Reporte**. São Paulo: Atlas, 2019.

VIEIRA, Laércio Mendes. **Auditoria contábil-financeira no setor público: fundamentos, técnicas e aplicações de acordo com as normas da Intosai e do TCU**. Brasília:Gestão Pública, 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. Instrução Normativa nº 8, de 06 de dezembro de 2017. Aprova o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal. Brasília, 2017. Disponível em: https://www.gov.br/cgu/ptbr/centraisdeconteudo/publicacoes/auditoria-e-fiscalizacao/arquivos/manual_deorientacoestecnicas-1.pdf. Acesso em: 16 set. 2021.

BRASIL. Tribunal de Contas da União (TCU). Manual de Auditoria Operacional. 4. ed. Brasília, 2020. Disponível em https://portal.tcu.gov.br/data/files/F2/73/02/68/7335671023455957E18818A8/Manual_auditoria_operacional_4_edicao.pdf. Acesso em: 16 set. 2021.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Auditoria governamental / Tribunal de Contas da União; Conteudistas: Antonio Alves de Carvalho Neto, Carlos Alberto Sampaio de Freitas, Ismar Barbosa Cruz, Luiz Akutsu; Coordenador: Antonio Alves de Carvalho Neto. – Brasília : TCU, Instituto Serzedello Corrêa, 2011.

Manual da auditoria interna. Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA). Salvador: TCE/BA, 2017. Versão eletrônica disponível em: www.tce.ba.gov.br.

OLIVEIRA, Antonio Gonçalves de; PISA, Beatriz Jackiu; AUGUSTINHO, Sonia Maria (org.). – **Gestão e governança pública : aspectos essenciais**. Curitiba: Ed. UTFPR, 2016.

SÃO PAULO. Controladoria Geral do Município de São Paulo. **Manual Operacional de Auditoria**. São Paulo, 2020. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/controladoria_geral/Manual_Operacional_de_Auditoria_MO-02_Publicacao_14_12_2020.pdf.

JR. CARVALHO, Jorge Pinto de; BALDRESCA, Camila Alexandra Majer: **Auditoria no Setor Público com ênfase no controle externo: teoria e prática**: Brasília, 2019.

Nome	C. H. TOTAL (H/R)	MÓDULO
AFO - Administração Financeira e Orçamentária (Direito Financeiro)	24h	II

EMENTA

Compreender os Fundamentos do Orçamento Público Brasileiro, o Ciclo Orçamentário e a construção dos instrumentos formais e suas alterações. Entender o conceito, classificações e estágios da receita pública e sobre a Programação Orçamentária e Financeira. Habilitar o discente sobre o conceito, classificações e estágios da despesa pública

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Lei de Responsabilidade Fiscal: lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2005.

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, 23 mar. 1964. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm.

CONTI, José Maurício. **Orçamentos públicos: a lei 4.320/1964 comentada**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

CREPALDI, Guilherme Simoes; CREPALDI, Silvio Aparecido. **Orçamento Público - Planejamento, Elaboração e Controle**. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público - 16ª Edição**. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AGUILAR, Adélia Martins de. et al. **Planejamento Governamental de Municípios: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual**. 2.ed., São Paulo: Editora Atlas, 2008.

ALVES, Benedito Antônio; GOMES, Sebastião E.R.; e AFFONSO, Antônio Geraldo. **Lei de Responsabilidade Fiscal Comentada e Anotada**. 2.ed., São Paulo: J. de Oliveira, 2001.

ANGÉLICO, João. **Contabilidade Pública**. 8. ed., São Paulo: Editora Atlas, 2009.

BERTASSI, André Luís. **Um Estudo dos Efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal nas Finanças Públicas nas Capitais dos Estados Brasileiros**. Dissertação apresentada ao Centro Universitário Salesiano de São Paulo. Americana, 2008.

Nome	C. H. TOTAL (H/R)	MÓDULO
Prestação de contas	24h	II

EMENTA

Perspectivas da governança no setor público, com enfoque para a governança de órgãos e entidades da Administração Pública. Instâncias de governança e de apoio à governança e seu papel nas contas anuais. Tudo isso, cerca o papel dos atores envolvidos na prestação de contas anuais (responsáveis pela governança e gestão, auditores internos/controle interno, auditores externos independentes, auditores externos/controle externo, ministro supervisor). Conceitos de accountability e a democracia. Abordagem legal e de poder. Transparência, controle, responsabilidade, responsividade e prestação de contas. Mecanismos e técnicas organizacionais para accountability. Accountability horizontal e vertical. Fontes de controle externas e internas. Alvos ativos e passivos da accountability. Controle social e seus diferentes aparatos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Lei de Responsabilidade Fiscal: lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2005.

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, 23 mar. 1964. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm.

ABRUCIO, Fernando Luiz; LOUREIRO, Maria Rita. **Finanças públicas, democracia e accountability**. In: ARVATE, Paulo Roberto; BIDERMAN, Ciro. Economia do Setor Público no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; GRAU, Nuria Cunill (coords.). GROISMAN, Enrique ... **et al. Responsabilização na Administração Pública**. São Paulo: CLAD/Fundap, 2006.

ETZIONI, Amitai. **Concepções alternativas de accountability: o exemplo da gestão da saúde**. In: HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (org.). Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: Editora UnB, 2009. (Pg. 287-301).

TCU - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Secretaria de Auditoria e Inspeções**. Manual de auditoria de desempenho. Brasília: TCU, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVES, Benedito Antônio; GOMES, Sebastião E.R.; e AFFONSO, Antônio Geraldo. **Lei de Responsabilidade Fiscal Comentada e Anotada**. 2.ed., São Paulo: J. de Oliveira, 2001.

ANGÉLICO, João. **Contabilidade Pública**. 8. ed., São Paulo: Editora Atlas, 2009.

BERTASSI, André Luís. **Um Estudo dos Efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal nas Finanças Públicas nas Capitais dos Estados Brasileiros**. Dissertação apresentada ao Centro Universitário Salesiano de São Paulo. Americana, 2008.

OLIVEIRA, Alci Malaquias de. **Controle e auditoria governamental com enfoque em auditoria operacional**. Brasília, 1996.

SÁ, José Augusto de. **Manual de auditoria e controladoria pública**. São Paulo: IOB - Informações Objetivas Públicas Jurídicas Ltda. 2007.

Nome	C. H. TOTAL (H/R)	MÓDULO
Controle de custos no serviço público	24h	II

EMENTA

A disciplina Controle de Custos no Serviço público apresenta a origem e elementos de custos, classificação e nomenclaturas, métodos de custeio, sistemas de custeio e custo aplicado ao setor público, todos com a finalidade de aplicação prática para o serviço público.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BEULKE, Rolando; BERTÓ, Dalvio José. **Gestão de Custos e Resultado na Saúde: hospitais, clínicas, laboratórios e congêneres**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

CREPALDI, S.A. **Curso Básico de Contabilidade de Custos**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MAUS, Cezar Volnei; SOUZA, Marcos Antônio. **Gestão de Custos Aplicada ao Setor Público: Modelo para Mensuração e Análise da Eficiência e Eficácia Governamental**. São Paulo: Atlas, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MARTINS, E. **Contabilidade de custos**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LEONE, S.G. **Curso de contabilidade de custos**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

HERNANDEZ, J.J.P.; COSTA, R. G.; OLIVEIRA, L.M. **Gestão estratégica de custos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Nome	C. H. TOTAL (H/R)	MÓDULO
Metodologia da pesquisa e do trabalho científico	24h	II

EMENTA

Tipos de pesquisa. Definição da questão da pesquisa. Etapas de um projeto de pesquisa. Produtos de uma pesquisa.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Tipos de pesquisa.
Definição da questão da pesquisa.
Revisão de literatura.
Introdução aos métodos qualitativos.
Introdução aos métodos quantitativos.
Análise de dados: análise de discurso e narrativa, softwares de análise. Produtos da pesquisa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PEREIRA, Maurício Gomes. **Artigos Científicos: como redigir, publicar e avaliar**. São Paulo: Atlas, 2012.
TOMASI, Carolina; Medeiros, João Bosco. **Redação de artigos científico: métodos de realização, seleção de periódicos, publicação**. São Paulo: Atlas, 2016.
VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MATIAS JUNIOR, Joaquim. **Como escrever trabalhos de conclusão de curso: instruções para planejar e montar, desenvolver, concluir, redigir e apresentar trabalhos monográficos e artigos**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.

PINKER, Steven. **Guia de escrita: como conceber um texto com clareza, precisão e elegância**. São Paulo: Contexto, 2016.

GIL, ANTONIO CARLOS. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Nome	C. H. TOTAL (H/R)	MÓDULO
Tópicos especiais de gestão pública	24h	II

EMENTA

Disciplina dedicada a temas específicos de Administração Pública. Conteúdo variável, abrangendo aspectos complementares e relevantes para a formação global do estudante, com atenção a gestão em setores específicos, como: saúde, educação, turismo, esporte, infraestrutura, agricultura, habitação, segurança.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage, 2013.

MATIAS-PEREIRA, José. **Administração Pública**. São Paulo: Atlas, 2018. OECD.

Panorama das Administrações Públicas: América Latina e Caribe. Paris, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1787/9e6d37a1-pt>>.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CIRINO, A. L. C.; PEREIRA, B. A. D.; TAVARES, B.; SILVA, F. C. da. **Estrutura e mecanismos da governança em rede na implementação de políticas públicas**. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, São Paulo, v. 29, p. e89644, 2024. DOI: 10.12660/cgpc.v29.89644. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/89644>. Acesso em: 8 set. 2024.

ARAÚJO, C. **Por que as democracias cambaleiam? Desenvolvimento e crise no mundo contemporâneo**. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, São Paulo, v. 29, p. e90202, 2024. DOI: 10.12660/cgpc.v29.90202. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/90202>. Acesso em: 8 set. 2024.

DE FREITAS, M. N.; PRACA, S. R. M. **Transparência sobre dirigentes públicos estaduais: Uma análise exploratória**. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, São Paulo, v. 29, p. e89150, 2023. DOI: 10.12660/cgpc.v29.89150. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/89150>. Acesso em: 8 set. 2024.

Nome	C. H. TOTAL (H/R)	MÓDULO
Logística Pública	18h	II

EMENTA

Princípios da logística pública. O papel da logística pública no atendimento das demandas públicas. Organização dos serviços de logística pública. organização e padronização dos serviços de logística pública.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LAURINDO, Alisson Marcelo; TEIXEIRA, Alex Volnei. **A logística na administração pública: conceitos e métodos**. Curitiba: Intersaberes, 2019. LINHARES, Eduardo. **Logística eficiente: Um guia prático em busca da excelência operacional**. Rio de Janeiro: Figurati, 2024.
LINO, Gustavo. **Fundamentos da gestão da logística pública e teoria geral de licitação e contratos**. Brasília: ENAP/DDG, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20192022/2021/lei/14133.htm.
PALUDO, Augustinho. **Governança Organizacional Pública e Planejamento Estratégico**. São Paulo: Editora Foco, 2021.
PEREIRA, José Matias. **Manual de Gestão Pública Contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2020.
ZEFERINO, Fernanda Maciel. **Logística rodoviária: a utilização das ferramentas da qualidade na redução de custos de transporte**. Curitiba: Appris Editora, 2019.

Nome	C. H. TOTAL (H/R)	MÓDULO
TCC	30	

EMENTA

Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, com orientador escolhido.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARROS, A.J.S.; LEHFELD, N.A.S. **Fundamentos de metodologia científica**. 2ª Ed. São Paulo: Makron, 2000.

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SEVERINO, Antônio J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

FRANÇA, Júnia L.; VASCONCELLOS, Ana C.; MAGALHÃES, M.H.A.; BORGES, S.M. (Colab.) **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 8. ed., rev. e ampl. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Código – ABNT NBR 14724. 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 6027:2003. 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 6028:2003. 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 6024:2003. 2012

2.12 ACESSIBILIDADE

O campus **conta** com o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE), que tem como objetivo desenvolver programas, projetos e ações de acesso, permanência e êxito para pessoas com necessidades específicas, contribuindo para o fortalecimento de políticas inclusivas. O trabalho do NAPNE tem como foco a promoção de uma cultura educativa **que reconheça** a importância da diversidade e pluralidade, conforme preconiza a Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015.

2.13 ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

O curso **busca realizar o acompanhamento** de seus egressos para identificar como ocorre sua inserção e permanência no mercado de trabalho, além de compreender a percepção que **têm** acerca da profissão escolhida e do curso realizado. Esse entendimento possibilita o

reconhecimento das potencialidades e fragilidades do curso, **contribuindo** para seu aprimoramento. Por meio de listas de e-mail, os egressos serão informados sobre os eventos realizados no IFPE, **podendo assim** aprimorar suas competências profissionais, participar de grupos de pesquisa, divulgar trabalhos científicos e compartilhar suas experiências com os estudantes atuais.

Outra forma de acompanhar a trajetória dos egressos é a verificação, nas listagens de aprovação de concursos públicos e processos seletivos municipais, estaduais e federais, **funcionando** como um bom “termômetro” para avaliar se o curso tem atendido às demandas regionais.

2.14 CERTIFICAÇÃO

Os alunos que concluírem as disciplinas obrigatórias, totalizando 360 horas/aula, **forem aprovados** nas mesmas, realizarem o trabalho de conclusão e **forem aprovados**, entregando a versão final na secretaria do curso e no repositório da biblioteca do campus, poderão, dentro do prazo previsto no calendário do curso, **solicitar** à Coordenação do Curso a emissão do Certificado de Pós-Graduação *Lato Sensu* de Especialista em “Gestão Pública”.

2.15 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

A avaliação é **compreendida** como a base para o processo de construção do conhecimento, tanto na dimensão curricular quanto institucional. Por isso, o Projeto Pedagógico do Curso será avaliado periodicamente **de forma sistemática**, envolvendo discentes, docentes, coordenador, orientador e apoio administrativo acadêmico do IFPE Campus Paulista. A avaliação **abrangerá** as dimensões pedagógicas, o corpo docente e a infraestrutura, **por meio de instrumentos e procedimentos que permitirão o acompanhamento** do processo de ensino e aprendizagem, bem como o aprimoramento do Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Gestão Pública.

3. CORPO DOCENTE E ADMINISTRATIVO

3.1 DADOS DO/A COORDENADOR/A DO CURSO

Nome: Alba de Oliveira Barbosa

Titulação: Doutora em Administração. Mestrado em Administração. Bacharelado em Administração

Cargo: Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva

Descrição da Experiência Acadêmica e Profissional: Possui 21 (vinte e um) anos de experiência em docência e coordenação.

Atuou nas instituições: São Paulo Alpargatas S A, SPASA, Brasil. Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco, FADE/UFPE, Brasil. Universidade Federal Rural de Pernambuco, UFRPE, Brasil. Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Brasil.

3.2 CORPO DOCENTE

Quadro 06: Relação do Pessoal Docente envolvido no Curso

NOME	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO	ÁREA DE ATUAÇÃO NO CURSO
Saulo Medeiros	MESTRE	DE	GESTÃO
Ricardo Russel	DOUTOR	DE	DIREITO
Alba Barbosa	DOUTORA	DE	GESTÃO
Luiz Guimarães	DOUTOR	DE	GESTÃO
Lutemberg Santana	DOUTOR	DE	ECONOMIA
João Bosco	MESTRE	DE	CONTABILIDAD E
Marcelino Caetano	MESTRE	DE	GESTÃO
Carlos Gustavo	MESTRE	DE	CONTABILIDAD E

3.3 EQUIPE PEDAGÓGICA E ADMINISTRATIVA DO CURSO

Quadro 07: Relação do Pessoal Técnico-administrativo envolvido no curso

	PROFISSIONAL	FUNÇÃO
1	Cristian do Nascimento Botelho	Bibliotecário
2	Gleice Kelly Barbosa de Oliveira Barcelar	Auxiliar de biblioteca
3	Fernanda Paula dos Santos Castro	Psicóloga
4	Marcelo Melo da Silva	Técnico em Assuntos Educacionais
5	Leonardo Maia Pereira Araújo	Técnico em Assuntos Educacionais
6	Simone Maria Machado Brandão	Assistente Social
7	Viviane Alves de Lima	Pedagoga

4. INFRAESTRUTURA FÍSICA

A seguir, apresentam-se as instalações e equipamentos disponíveis na sede do Campus Paulista para a realização do Curso de Especialização em Gestão Pública. O projeto arquitetônico do Campus contempla 6.650,46 m² de área construída, distribuída em: 01 bloco administrativo (com 02 pavimentos), 01 biblioteca, 01 auditório, 16 salas de aula (08 no térreo e 08 no pavimento superior), 08 laboratórios (04 no térreo e 04 no pavimento superior), 04 laboratórios (com pé-direito duplo), área de convivência (com copa, lanchonete, reprografia, etc..), castelo d'água, abrigo de lixo, guarita, reservatórios enterrados e semienterrados, além de rampas, passarelas e estacionamento. O quadro de áreas a seguir detalha a disposição:

Quadro 08: áreas do campus

QUADRO DE ÁREAS	ÁREA (m ²)	PAVIMENTOS
BLOCO DO AUDITÓRIO	604,61	TÉRREO

BLOCO DA BIBLIOTECA	536,45	TÉRREO
BLOCO DA ÁREA DE CONVIVÊNCIA	282,72	TÉRREO
BLOCO DA GUARITA	103,45	TÉRREO
BLOCO ADMINISTRATIVO	1.103,00	TÉRREO + PAV. SUPERIOR
BLOCO SALA DE AULA	1.317,00	TÉRREO + PAV. SUPERIOR
BLOCO LABORATÓRIOS TÉRREO	394,00	TÉRREO
BLOCO LABORATÓRIOS 02 PAVIMENTOS	870,00	TÉRREO + PAV. SUPERIOR
BLOCO DOS BANHEIROS	140,00	-
RAMPA	93,00	-
CABINE DE FORÇA	25,46	-
PASSARELA ELEVADA	110,64	-
PASSARELA COBERTA	1.009,32	-
CASTELO D'ÁGUA	60,81	-
TOTAL	6.650,46	

Quadro 09: A Biblioteca do *Campus* Paulista 540,00 m²:

ÍTEM	AMBIENTE	DESCRIÇÃO	ÁREA ESTIMATIVA DE REFEREÊNCIA
1.	Hall de entrada	Área destinada a abrigar a circulação de público de entrada e saída da biblioteca, com a presença das torres magnéticas de controle do acervo.	15 m²

2.	Atendimento	Área dotada de balcão, onde ficarão os funcionários responsáveis pela retirada e devolução de livros. Prever área para formação de fila; prever balcão com ergonomia e acessibilidade, para funcionários e usuários.	17 m ²
3.	Acervo Geral	Área destinada às estantes de livros do acervo geral. Deve ser composta por mobiliário ergonômico e acessível, destinado propriamente ao uso em bibliotecas.	120 m ²
4.	Salão de Leitura	Espaço para acomodação do público leitor, com mesas e cadeiras na quantidade mínima de 120 lugares.	90 m ²
5.	Cabines de Estudos Individuais	Ambiente reservado à colocação de cabines de estudo individuais, podendo ser em área contígua ao salão de leitura, com divisórias. Contém superfícies de trabalho individualizadas de 0.80x0.60m, no mínimo, e divisórias entre cabines. Prever o mínimo de 12 usuários; prever dimensões acessíveis de uso.	30 m ²
6.	Sala de Estudos em Grupo	Espaço reservado com divisórias, dotado de mesa de reunião, para 8 a 10 pessoas, com divisórias munidas com visor em vidro; ao todo são 04 ambientes.	17 m ² x 3
7.	Sala de Áudio e Vídeo	Espaço para exibição de vídeos, videoconferências, palestras, etc. Prever carteiras escolares para no mínimo 36 usuários, mesa de trabalho para 05 usuários e instalações para equipamentos diversos de exibição.	50 m ²
8.	Sanitários	Sanitários feminino, masculino e acessíveis para o público. Proporção de conjuntos sanitários (bacia e lavatório para feminino; bacia, lavatório e mictório para masculino) conforme instrumentos legais do município. Cabines acessíveis, masculinas e femininas, com dimensões mínimas e acessórios conforme NBR 9050/2015.	12 m ²

Quadro 10: Setor Administrativo

ÍTEM	AMBIENTE	DESCRIÇÃO	ÁREA ESTIMATIVA DE REFERÊNCIA
9.	Recepção	Área destinada a receber usuários para atendimento pelo bibliotecário ou outros funcionários do setor.	10 m ²
10.	Coordenação e Reunião	Espaço dotado de uma estação de trabalho e uma mesa de reunião, para 8 pessoas.	21 m ²
11.	Sala do Bibliotecário e Substituto	Espaço dotado de duas estações de trabalho e armários de escritório.	15 m ²
12.	Sala de Processamentos Técnicos e Aquisição de	Espaço destinado à recepção e catalogação de novos materiais. Prever estações de trabalho e estantes.	14 m ²
	Material		
13.	Sala de Higienização e Reparos	Espaço destinado aos processos de recuperação de materiais do acervo. Deve ser contígua à sala de processamentos técnicos. Prever bancada lavável com pias; prever superfícies de trabalho e estantes.	18 m ²
14.	Depósito	Área para estoque de materiais diversos do setor.	7 m ²
15.	Arquivo	Área para arquivamento de materiais do setor	15 m ²
16.	Sanitários de Funcionários	Sanitários feminino, masculino e acessíveis para os funcionários do setor.	17 m ²
17.	Sala da direção de ensino	Espaço destinado para da direção de ensino	20 m ²
18.	Sala da coordenação de curso	Espaço destinado para da direção de ensino	20 m ²
19.	Salas de aula	Espaço destinado a aulas do curso técnico	50 m ²
20.	Sala da CRADT	Espaço destinado para CRADT	20 m ²
21	Sala da DAEE	Espaço destinado para DAEE	40 m ²
22	Sala dos professores	Espaço destinado para sala dos professores	70 m ²

23	Laboratório de informática	Espaço destinado ao laboratório de informática	50 m ²
----	----------------------------	--	-------------------

Quadro 11: Descrição de equipamentos Direção de ensino e Coordenações de ADM e MSI

DIREÇÃO DE ENSINO E COORDENAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS	QUANTITATIVO
1	ESTANTES	1
2	MESA TIPO L	3
3	CADEIRA GIRATÓRIA	3
4	GAVETEIRO	3
5	AR-CONDICIONADO	1
6	IMPRESSORA	1
7	COMPUTADOR <i>ALL IN ONE</i>	3
8	<i>NOBREAK</i>	3

Fonte: Elaboração própria

Quadro 12: Descrição de equipamentos DAE

DIVISÃO DE APOIO AO ESTUDANTE		
ITEM	DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS	QUANTITATIVO
1	ESTANTES	1
2	MESA TIPO L	4
3	CADEIRA GIRATÓRIA	4
4	IRO	4
5	AR-CONDICIONADO	1
6	IMPRESSORA	1
7	COMPUTADOR <i>ALL IN ONE</i>	4
8	<i>NOBREAK</i>	4
9	GELÁGUA	1

Fonte: Elaboração própria

Quadro 13: Descrição de equipamentos salas de aula

SALAS DE AULA (6 salas)

ITEM	DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS	QUANTITATIVO
1	CADEIRA ESCOLAR DE BRAÇO COM SUPORTE	40 POR SALA
2	BIRÔ	1 POR SALA
3	CADEIRA PLÁSTICA SEM BRAÇO	1 POR SALA
4	AR-CONDICIONADO	1 POR SALA
5	PROJETOR MULTIMÍDIA	1 POR SALA
6	QUADRO BRANCO	1 POR SALA

Fonte: Elaboração própria

Quadro 14: Descrição de equipamentos Biblioteca

BIBLIOTECA		
ITEM	DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS	QUANTITATIVO
1	ESTANTES	54
2	BANCADA	5
3	COMPUTADORES	8
4	IMPRESSORA	1
5	<i>NOBREAK</i>	8
6	MESA PARA COMPUTADOR	8
7	GAVETEIRO	4
8	AR-CONDICIONADO	12
9	CADEIRAS SALA VIDEOCONFERÊNCIA	41
10	CADEIRA GIRATÓRIA	41

Fonte: Elaboração própria

Quadro 15: Descrição de equipamentos laboratório de informática

LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA		
ITEM	DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS	QUANTITATIVO
1	MESA SIMPLES PARA COMPUTADOR	1
2	CADEIRA GIRATÓRIA	1

3	GAVETEIRO	1
4	AR-CONDICIONADO	1
5	COMPUTADOR ALL IN ONE	15
6	<i>NOBREAK</i>	8
7	COMPUTADOR <i>DESKTOP</i>	2
8	MONITORES LCD	3
9	<i>NOBREAK</i>	8
10	CADEIRAS SIMPLES	26
11	<i>SOFTWARES</i> LIVRES COMPATÍVEIS COM O <i>WORD</i> , <i>EXCEL</i> E <i>POWERPOINT</i>	17

Fonte: Elaboração própria

Quadro 16: Descrição de equipamentos sala dos professores

SALA DOS PROFESSORES		
ITEM	DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS	QUANTITATIVO
1	MESA REDONDA	1
2	CADEIRA	6
3	COMPUTADOR <i>ALL IN ONE</i>	3
4	<i>NOBREAK</i>	3
5	AR-CONDICIONADO	1
6	ARMÁRIO GUARDA VOLUME	2

Fonte: Elaboração própria

Quadro 17: Descrição de equipamentos CRADT

CRADT		
ITEM	DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS	QUANTITATIVO
1	ESTANTES	2
2	MESA TIPO L	2
3	CADEIRA GIRATÓRIA	2
4	GAVETEIRO	2
5	AR-CONDICIONADO	0
6	IMPRESSORA	2
7	COMPUTADOR <i>ALL IN ONE</i>	2

8	<i>NOBREAK</i>	2
9	<i>DATA SHOW</i>	9
10	COPIADORA	1
11	ARQUIVO	2
12	MESINHA	1
13	FRIGOBAR	1

Fonte: Elaboração própria

Observa-se que existe uma política de manutenção contínua dos computadores e equipamentos disponíveis, com a realização de manutenções periódicas programadas pelo setor administrativo. O objetivo principal dessa manutenção é prolongar a vida útil dos dispositivos. Ela ocorre em várias etapas ao longo do período letivo. Entre as ações periódicas, destacam-se a limpeza física externa das máquinas, realizada semanalmente, e a limpeza lógica, que envolve a verificação e atualização do sistema operacional, do antivírus e dos softwares essenciais, como planilhas, editores de texto, apresentações e ferramentas de navegação na internet, utilizados pelos professores.

Além disso, em caso de contingências que envolvam problemas de hardware nos computadores ou nos *NOBREAKs*, um chamado é aberto para a empresa contratada no âmbito da garantia estendida, a qual responde prontamente dentro de um prazo razoável. Anualmente, também é realizada a restauração de fábrica de todo o maquinário do laboratório, garantindo o bom funcionamento dos equipamentos.

Os alunos da pós-graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública do IFPE Campus Paulista terão acesso à sala de aula do curso, auditório, laboratório de informática, biblioteca, área de convivência e sala de coordenação de curso.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL Decreto n. 13.064, de 12 de junho de 1918. Dá novo regulamento às Escolas de Aprendizes Artífices.

BRASIL Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942. Lei orgânica do ensino industrial.

BRASIL Decreto nº 53.558, de 13 de fevereiro de 1964. Altera denominação de escolas de iniciação agrícola, agrícolas e agrotécnicas.

BRASIL Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

BRASIL Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública.

BRASIL Lei Nº 3.552, De 16 De Fevereiro De 1959. Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências.

BRASIL Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL Lei nº 5.692, de 11 de Agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1. e 2 graus, e da outras providencias.

BRASIL lei nº 7.044, de 18 de outubro de 1982. Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes a profissionalização do ensino de 2º grau.

BRASIL Lei nº 8.731, de 16 de novembro de 1993. Transforma as Escolas Agrotécnicas Federais em autarquias e dá outras providências.

BRASIL Lei nº 8.948, de 8 de dezembro De 1994. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 - Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

BRASIL Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CES N.º 3, de 5 de outubro de 1999. Fixa condições de validade dos certificados de cursos presenciais de especialização.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES Nº 24, DE 18 de dezembro de 2002. Altera a redação do parágrafo 4º do artigo 1º e o artigo 2º, da Resolução CNE/CES 1/2001, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução Nº 1, de 8 de junho de 2007. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *lato sensu*, em nível de especialização.

Instituto Federal de Pernambuco. Conselho Superior. Projeto Político Pedagógico Institucional – PPPI. 2012.

Instituto Federal de Pernambuco. Conselho Superior. RESOLUÇÃO CONSUP/IFPE Resolução nº 67 de 19 de fevereiro de 2021. aprovou o Regulamento dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* do IFPE.

Instituto Federal de Pernambuco. Conselho Superior. RESOLUÇÃO CONSUP/IFPE Nº 237, DE 8 DE ABRIL DE 2024. Aprova a alteração da Resolução nº 67 de 19 de fevereiro de 2021, a qual aprovou o Regulamento dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* do IFPE.

Instituto Federal de Pernambuco. Conselho Superior. RESOLUÇÃO CONSUP/IFPE Nº 137, DE 29 DE JULHO DE 2022. Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional 2022- 2026 do IFPE.

SANTOS, É. P.; SILVA, B.C. de F. ; SILVA, G. B. da . **A contextualização como ferramenta didática no ensino de química. in: vi colóquio internacional educação e contemporaneidade**, 2012, São Cristóvão-SE. Disponível em:

<https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10179/39/39.pdf>. Acessado em: 24 de fevereiro de 25.

THIESEN, Juares S.. **A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem**. Revista Brasileira de Educação, v. 13, p. 545-554, 2008.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/swDcnzst9SVpJvpx6tGYmFr/?format=pdf&lang=pt.>

Acessado em: 24 de fevereiro de 2025.

APÊNDICE



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO PRÓ-REITORIA DE ENSINO

DIRETORIA DE ENSINO – CAMPUS PAULISTA

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

CURSO	EIXO TECNOLÓGICO/ÁREA
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA	GESTÃO E NEGÓCIOS
PÓS-GRADUAÇÃO	ANO DE IMPLANTAÇÃO – 2025.1

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Prática Profissional
☐	TCC Estágio	☐	

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome	C. H. TOTAL (H/R)	MÓDULO
	ORATÓRIA E RETÓRICA	12h	I

EMENTA

A importância da oratória no serviço público. A comunicação interpessoal do gestor com sua equipe. Como se expressar entre líderes no serviço público. Comunicação como fator de sucesso nas relações.

COMPETÊNCIAS A SEREM DESENVOLVIDAS

Desenvolvimento das técnicas de oratória e do processo comunicativo.
Melhoria da percepção entre interlocutor e orador.
Melhoria do poder de convencimento.

METODOLOGIA

Exposição dialogada. Dinâmicas em grupo.

AVALIAÇÃO

Prova didática.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Fundamentos da comunicação para conversação em público. Aprendendo a se expressar, linguagem corporal, entonação da voz, convencimento através da palavra. Técnicas e estratégias de comunicação oral.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

POLITO, Reinaldo. **Como falar corretamente e sem inibições**. 111. ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Saraiva, 2009.
 POLITO, R. **Assim é que se fala: como organizar a fala e transmitir ideias**. São Paulo: Saraiva, 2005.
 SAMPAIO, Mônica. **Curso de Locução Dirigida Para Todas as Profissões**. Rio de Janeiro: Brasport, 2012

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVES, Leo da Silva. **Arte da Oratória: Os Segredos do Orador de Sucesso**. São Paulo: Forense, 2004.
 Souza, Cláudio de. **Curso de Oratória e Marketing Pessoal**. Minas Gerais: Líder, 2010.
 POLITO, Reinaldo. **Recursos Audiovisuais: Nas Apresentações de Sucesso**. São Paulo: Saraiva, 2009.
 ESPOSITO, Janet. **Como Atuar e Falar em Público Sob os Holofotes**. São Paulo: M. Books, 2011.
 POMBO, Ruth Rocha. **A Arte de Se Expressar Bem em Público**. São Paulo: Editora Vozes, 2010.

DEPARTAMENTO A QUE PERTENCE O COMPONENTE

ASSINATURA DO CHEFE DO DEPARTAMENTO ASSINATURA DO COORDENADOR DO CURSO



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO**

**DIRETORIA DE ENSINO –
CAMPUS PAULISTA**

**PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR ESPECIALIZAÇÃO EM
GESTÃO PÚBLICA**

CURSO	EIXO TECNOLÓGICO/ÁREA
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA	GESTÃO E NEGÓCIOS
PÓS-GRADUAÇÃO	ANO DE IMPLANTAÇÃO – 2025.1

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒ Disciplina
 ☐ Prática Profissional
☐ TCC Estágio

**DADOS DO
COMPONENTE**

Código	Nome	C. H. TOTAL (H/R)	MÓDULO
	Direito Administrativo	24h	I

EMENTA

O Direito Administrativo como instrumento da Gestão Pública. Princípios do Direito Administrativo. Administração Pública Direta e Indireta. Agentes Públicos. Atos administrativos. Responsabilidade Civil do Estado. Serviço Público. Licitação Pública. Contratos Administrativos.

COMPETÊNCIAS A SEREM DESENVOLVIDAS

Aprofundamento dos estudos do Direito Administrativo para a Gestão Pública

METODOLOGIA

Aulas expositivas

AVALIAÇÃO

Prova escrita

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1.1. Administração Direta. 1.2. Administração Pública indireta: autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista. 1.4. Entes de Cooperação com o Poder Público

2.1. Conceito de Agentes públicos. 2.2. Classificação dos agentes públicos. 2.3. Servidores públicos. Regime jurídico. 2.4. Tratamento constitucional dos servidores públicos. 2.5 Empregados Públicos. 2.6. Acumulação de cargos, empregos e funções.

3.1 Serviço Público 3.2. Evolução conceitual. 3.3. Características do serviço público. 3.4. Classificação dos serviços públicos. 3.5. Delegação da prestação do serviço público. 3.6 Concessão, permissão e autorização dos serviços públicos

4.1. Conceitos de atos e fatos administrativos. 4.2. Requisitos dos atos administrativos. 4.3. Atributos. 4.4. Classificação dos atos administrativos. 4.5. Espécies de Atos Administrativos. 4.6. Eficácia do ato administrativo. 4.7. Motivação dos atos administrativos: teoria dos motivos determinantes. 4.8. Extinção dos atos administrativos.

5.1 Licitações Públicas 5.2. Conceito, finalidade, princípios informativos e objeto da licitação. 5.3. Obrigatoriedade da licitação. 5.4. Modalidades de licitação. 5.5. Fases do processo licitatório. 5.6. Dispensa e inexigibilidade de licitação. 5.7. Anulação e revogação da licitação.

6.1. Contratos administrativos e Contratos da Administração Pública 6.2. Conceito e peculiaridades. 6.3. Cláusulas exorbitantes. 6.4. Cláusulas essenciais. Formas de extinção do contrato administrativo. 6.5. Parcerias Público Privadas.

7.1. Responsabilidade extracontratual da Administração Pública 7.2. Evolução e estágio atual da responsabilidade da Administração Pública. 7.3. Requisitos: ação ou omissão do Poder Público, dano e nexo de causalidade. 7.4. Ação de regresso. 7.5. Responsabilidade por atos de concessionários de serviço público.

8.1. Administração Pública e Gestão Pública. 8.2. Princípios Basilares da Administração Pública; 8.3. Princípios Constitucionais Expressos da Administração Pública; 8.4. Princípios Constitucionais Implícitos da Administração Pública; 8.5. Princípios Infraconstitucionais da Administração Pública;

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Curso de Direito Administrativo**. 33^a.ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 31^a.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Curso de Direito Administrativo**. 5a ed. São Paulo: Método, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito Administrativo Descomplicado**. 25^a.ed. São Paulo: Saraiva, 2017

GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo**. 17^a.ed. São Paulo: Saraiva, 2012

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à lei de licitação e contratos**. 17^a ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo**. 8^a.ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

PIETRO, Maria Sylvia Zanela Di. **Direito Administrativo**. 30^a.ed. São Paulo: Saraiva, 2017

DEPARTAMENTO A QUE PERTENCE O COMPONENTE

ASSINATURA DO CHEFE DO DEPARTAMENTO

ASSINATURA DO COORDENADOR DO CURSO



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO**

**DIRETORIA DE ENSINO –
CAMPUS PAULISTA**

**PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR ESPECIALIZAÇÃO EM
GESTÃO PÚBLICA**

CURSO	EIXO TECNOLÓGICO/ÁREA
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA	GESTÃO E NEGÓCIOS
PÓS-GRADUAÇÃO	ANO DE IMPLANTAÇÃO – 2025.1

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Prática Profissional
☐	TCC Estágio	☐	

DADOS DO

COMPONENTE

Código	Nome	C. H. TOTAL (H/R)	MÓDULO
	<i>Desafios Contemporâneos e Inovação na Gestão Pública</i>	<i>24h</i>	I

EMENTA

Introdução aos Desafios Contemporâneos na Gestão Pública. Inovação e Modernização na Gestão Pública. Tendências Futuras e Inovação em Gestão Pública.

COMPETÊNCIAS A SEREM DESENVOLVIDAS

Análise dos desafios atuais na gestão pública e compreensão das inovações e práticas emergentes que podem melhorar a eficácia e a eficiência dos serviços públicos, promovendo uma administração mais transparente, participativa e orientada para resultados.

METODOLOGIA

Aulas expositivas e participativas
Discussão de estudos de caso e análise de práticas inovadoras
Atividades práticas e workshops sobre ferramentas e tecnologias
Palestras e seminários com especialistas da área
Projetos em grupo e desenvolvimento de propostas de inovação

AVALIAÇÃO

Participação e envolvimento em discussões e atividades práticas
 Análise e apresentação de estudos de caso sobre inovações e desafios na gestão pública
 Elaboração e apresentação de um projeto inovador para a gestão pública
 Provas e testes sobre conceitos teóricos e práticos
 Relatórios escritos e avaliação crítica de políticas públicas

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Introdução aos Desafios Contemporâneos na Gestão Pública: Contexto e Evolução da Gestão Pública, Principais Desafios Contemporâneos (crises econômicas, desigualdades sociais, mudanças climáticas, governança e participação cidadã, transformação digital e governo eletrônico, sustentabilidade e gestão de recursos públicos, etc..), O Papel do Estado e a Relevância das Políticas Públicas

Inovação e Modernização na Gestão Pública: Conceito e Importância da Inovação na Administração Pública, Exemplos de Inovação em Políticas Públicas e Serviços Públicos, Ferramentas e Tecnologias para a Modernização da Gestão Pública

Tendências Futuras e Inovação em Gestão Pública: Novas Tendências e Tecnologias Emergentes, O Futuro da Gestão Pública e o Papel das Novas Gerações, Reflexões sobre a Inovação Contínua e o Papel dos Líderes Públicos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ROCHA, José Cláudio. **Inovação na administração pública** / José Cláudio Rocha. – Brasília: PNAP; Recife: UPE / NEAD, 2021.

CAVALCANTE, P.; CAMÕES, M.; CUNHA; SEVERO, B. (orgs.). **Inovação no setor público: teoria, tendências e casos no Brasil**. 1ed. Brasília: Ipea, 2017.

OCDE. **The Innovation Imperative in the Public Sector: setting an agenda for action**. OECD Publishing, Paris, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SECCHI, L. **Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções**, São Paulo: Editora Cengage, 2016.

IPEA. **Boletim de Políticas Sociais** - acompanhamento e análise, nº 29, 2022. IPEA. **Boletim de Políticas Sociais** - acompanhamento e análise, nº 28, 2021.

DEPARTAMENTO A QUE PERTENCE O COMPONENTE

ASSINATURA DO CHEFE DO DEPARTAMENTO

ASSINATURA DO COORDENADOR DO CURSO



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO**

**DIRETORIA DE ENSINO –
CAMPUS PAULISTA**

**PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR ESPECIALIZAÇÃO EM
GESTÃO PÚBLICA**

CURSO	EIXO TECNOLÓGICO/ÁREA
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA	GESTÃO E NEGÓCIOS
PÓS-GRADUAÇÃO	ANO DE IMPLANTAÇÃO – 2025.1

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒ Disciplina
 ☐ Prática Profissional
☐ TCC Estágio

**DADOS DO
COMPONENTE**

Código	Nome	C. H. TOTAL (H/R)	MÓDULO
	<i>Análise de Dados e Indicadores Sócio Econômicos</i>	24h	I

EMENTA

Apresentar as diferentes fontes de dados, pesquisas, relatórios sociais e sítios de informação estatística. Principais boletins de conjuntura; e Principais pesquisas econômicas do IBGE.

COMPETÊNCIAS A SEREM DESENVOLVIDAS

Permitir a construção, avaliação e monitoramento de sistemas de indicadores que viabilizem o monitoramento contínuo da ação governamental

METODOLOGIA

- Seminários (aula invertida);
- aulas expositivas/ realização de estudo de casos.

AValiação

Apresentação de trabalhos em sala (50%) e elaboração de estudo de caso referente ao assunto (50%).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Introdução histórica; Indicadores Sociais: do conceito às medidas; Indicadores e os diagnósticos socioeconômicos; Principais Pesquisas e Fontes de Dados e de Indicadores Sociais; Principais produtores de dados e indicadores no Brasil; Os Censos Demográficos; As Pesquisas Amostrais e Institucionais do IBGE; Registros Administrativos, Cadastros Públicos e Dados de Programas; Introdução às fontes de dados e indicadores econômicos; Dados e Indicadores Econômicos; Principais boletins de conjuntura; e Principais pesquisas econômicas do IBGE.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FEIJÓ, C. et al. **Para entender a conjuntura econômica**. Barueri, Manole, 2008, p. 1-60.

JANNUZZI, Paulo M. **Indicadores Sociais: conceitos básicos para uso na avaliação e formulação de políticas**. campinas: Alínea 2001, p.11-63

GUIMARÃES, J. R. S.; JANNUZZI, P. M. IDH – **Indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica**. Revista Brasileira. Est. Urbanos e Regionais, Salvador, 7 (1):73-89, 2005

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

IBGE. Indicadores sociais municipais. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 22 ago. 2024.

_____. Síntese de Indicadores Sociais. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 22 ago. 2024.

_____. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/> Acesso em: 22 ago. 2024.

IPEA. Boletim de Políticas Sociais. Brasília, 2006.

DEPARTAMENTO A QUE PERTENCE O COMPONENTE

ASSINATURA DO CHEFE DO DEPARTAMENTO ASSINATURA DO COORDENADOR DO CURSO



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO**

**DIRETORIA DE ENSINO –
CAMPUS PAULISTA**

**PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR ESPECIALIZAÇÃO EM
GESTÃO PÚBLICA**

CURSO	EIXO TECNOLÓGICO/ÁREA
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA	GESTÃO E NEGÓCIOS
PÓS-GRADUAÇÃO	ANO DE IMPLANTAÇÃO – 2025.1

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Prática Profissional
☐	TCC Estágio	☐	

**DADOS DO
COMPONENTE**

Código	Nome	C. H. TOTAL (H/R)	MÓDULO
	Gestão e Avaliação de Políticas Públicas	24h	I

EMENTA

Contextualização, conceitos e avaliação de programas e políticas públicas; Programas e políticas como intervenções na realidade; Tipologias de Avaliação e Técnicas de Análise; Pesquisa Avaliativa; Projeto de Avaliação; Problemas e desafios da avaliação de programas e políticas.

COMPETÊNCIAS A SEREM DESENVOLVIDAS

- Aplicar os conceitos básicos e modelos analíticos de políticas públicas que auxiliam o entendimento da diversidade e complexidade do papel e das atuações do Estado;
- Obter uma visão geral sobre o campo da avaliação de políticas e programas;
- Distinguir diferentes tipos de avaliação e sua adequação às finalidades com que se avalia;
- Compreender a aplicação de métodos e técnicas utilizadas na avaliação, bem como os problemas práticos relacionados à sua implementação.

METODOLOGIA

Aulas expositivas, com utilização de textos, recursos audiovisuais, estudos dirigidos e estudos de casos. O curso tem caráter intensivo e contará com exposição dialogada, bem como buscará estimular a reflexão, discussão e o aprendizado de conceitos e técnicas de avaliação.

AVALIAÇÃO

Discussão em sala sobre os temas de cada encontro. Fichas de leitura. Apresentação de trabalho escrito sobre temas definidos em sala.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Introdução geral à avaliação de políticas públicas;
- Breve histórico da avaliação de políticas públicas;
- Avaliação de Políticas: conceitos e abordagens;
- Tipologias de Avaliação e Técnicas de Análise;
- Avaliação de Diagnóstico;
- Avaliação de Implementação/Processo (Monitoramento);
- Avaliação de Utilidade;
- Projeto de Avaliação (Desenho, Gestão e Disseminação);
- Problemas e desafios da avaliação de programas e políticas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. **Política Pública, seus ciclos e subsistemas**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2013.

WU, M. RAMESH, Michael Howlett, SCOTT Fritzen. **Guia de políticas públicas: gerenciando processos**. Enap, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BROUSSELLE, A., CHAMPAGNE, F., CONTANDRIOPOULOS, A. P., Hartz, Z. (Org.) **Avaliação – conceitos e métodos**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011. MARQUES, E.; FARIA, C.A.P. (orgs.) **A Política Pública como Campo Multidisciplinar**. São Paulo: Editora Unesp/Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2013.

SECCHI, L. **Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções**, São Paulo: Editora Cengage, 2016. CAPELLA, A. C. N. **Formulação de Políticas**. Brasília: Enap, 2018.

JANNUZZI, P. de M. **Monitoramento e avaliação de programas sociais: uma introdução aos conceitos e técnicas**. Campinas: Alínea, 2016.

DEPARTAMENTO A QUE PERTENCE O COMPONENTE

ASSINATURA DO CHEFE DO DEPARTAMENTO ASSINATURA DO COORDENADOR DO CURSO



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO**

**DIRETORIA DE ENSINO –
CAMPUS PAULISTA**

**PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR ESPECIALIZAÇÃO EM
GESTÃO PÚBLICA**

CURSO	EIXO TECNOLÓGICO/ÁREA
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA	GESTÃO E NEGÓCIOS
PÓS-GRADUAÇÃO	ANO DE IMPLANTAÇÃO – 2025.1

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Prática Profissional
☐	TCC Estágio	☐	

**DADOS DO
COMPONENTE**

Código	Nome	C. H. TOTAL (H/R)	MÓDULO
	Contabilidade Pública	24h	I

EMENTA

Serviço e administração pública e campo de aplicação da contabilidade pública e gestão administrativa; orçamento público, LDO e plano plurianual; receita pública; despesa pública; licitações e contratos administrativos; execução orçamentária e controles contábeis; créditos adicionais; regime de adiantamento; controle interno e externo; lei de responsabilidade fiscal.

COMPETÊNCIAS A SEREM DESENVOLVIDAS

Proporcionar aos alunos conhecimentos básicos de Finanças Públicas e de Direito Financeiro, indispensáveis à aplicação da Contabilidade na Administração Pública e nos respectivos controles da gestão.

METODOLOGIA

Aulas expositivas, com debates críticos sobre o assunto abordado, utilizando recursos áudio visuais possibilitando a integração entre os discentes e a realidade do mercado corporativo.

AVALIAÇÃO

Discussão em sala sobre os temas de cada encontro. Fichas de leitura. Apresentação de trabalho escrito sobre temas definidos em sala.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Serviço Público: aspectos sociais, políticos e constitucionais.
2. Administração Pública e Campo de Aplicação da Contabilidade Pública.
3. Origem e Evolução Histórica da Contabilidade Pública.
4. Gestão Administrativa.
5. Orçamento:
 1. Plano Plurianual de Investimentos,
 2. Lei de Diretrizes Orçamentárias e
 3. Lei de Orçamentos Anuais.
6. Orçamento por Programas.
7. Receita Pública.
8. Despesa Pública.
9. Licitações e Contratos Administrativos.
10. Execução Orçamentária e Controles Contábeis.
11. Créditos Orçamentários e Créditos Adicionais.
12. Regime de Adiantamento.
13. Controle Interno e Externo:
 1. Auditoria Interna,
 2. Tribunais de Contas e
 3. Poder Legislativo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. Atlas, São Paulo, SP: 2021.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei 4320 de 17 de março de 1964. 30. ed. Rio de Janeiro: IBAM, 2000.

BRASIL. Lei complementar 101 de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2000.

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2000

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade pública - teoria e prática**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATIAS, Alberto Borges; CAMPELLO, Carlos A.G.B. **Administração financeira municipal**. São Paulo: Atlas, 2000.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade pública na gestão municipal**. São Paulo: Atlas, 2003.

ANGÉLICO, João. **Contabilidade pública**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ARAUJO, Inaldo da Paixão Santos e ARRUDA, Daniel Gomes. **Introdução à contabilidade governamental – Da teoria a pratica**. Salvador: ZNT, 1999.

DEPARTAMENTO A QUE PERTENCE O COMPONENTE

ASSINATURA DO CHEFE DO DEPARTAMENTO

ASSINATURA DO COORDENADOR DO CURSO



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO**

**DIRETORIA DE ENSINO –
CAMPUS PAULISTA**

**PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR ESPECIALIZAÇÃO EM
GESTÃO PÚBLICA**

CURSO	EIXO TECNOLÓGICO/ÁREA
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA	GESTÃO E NEGÓCIOS
PÓS-GRADUAÇÃO	ANO DE IMPLANTAÇÃO – 2025.1

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Prática Profissional
☐	TCC Estágio	☐	

DADOS DO

COMPONENTE

Código	Nome	C. H. TOTAL (H/R)	MÓDULO
	Planejamento Estratégico	24h	I

EMENTA

Conceito de estratégia; Tipos de estratégia; Elementos para o Planejamento Estratégico; Diagnóstico estratégico: análise do ambiente interno e externo; Balanced Scorecard (BSC); Os limites da Administração estratégica; Sistema de Administração Estratégica; Diagnóstico estratégico; Os tipos da Administração estratégica; Técnicas para planejamento estratégico e Avaliação do Planejamento Estratégico.

COMPETÊNCIAS A SEREM DESENVOLVIDAS

- Capacitar os estudantes a compreender os conceitos e aplicação prática da metodologia e das técnicas de planejamento estratégico;
- Compreender as ferramentas de planejamento no ecossistema de organizações públicas e privadas, com uma abordagem participativa na formulação da estratégia e na elaboração de diretrizes, objetivos, metas e planos da organização.
- Ao final do curso o participante deverá demonstrar capacidade de: realizar diagnóstico estratégico da organização; formular suas premissas, estratégias globais e objetivos

estratégicos; elaborar o Plano Estratégico Organizacional; e conceber o plano de implantação, acompanhamento e monitoramento.

METODOLOGIA

O curso será desenvolvido mediante apresentação dialogada de conceitos sobre o tema e aplicação de exercícios práticos em grupos de trabalho, com apresentação e discussão/avaliação de seus resultados, em classe.

AValiação

O processo avaliativo será procedido de maneira fluída, podendo consistir por meio de prova escrita, apresentação de seminários, trabalhos individuais ou em grupo, estudos dirigidos, resenhas críticas, resumo de artigos, entre outras formas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Introdução ao Planejamento Estratégico

Conceitos de planejamento e estratégia

Tipos e características de Planejamento: Estratégico, Tático e Operacional Etapas do Plano Estratégico;

Elementos para o Planejamento Estratégico

Construção das premissas: Missão, Visão e Valores;

Diagnóstico estratégico: análise do ambiente interno e externo;

Ambiente interno: pontos fracos, pontos fortes, competência essencial

Ambiente externo: ameaças, oportunidades, concorrência

Elaboração e análise de matriz SWOT

Matriz de Priorização GUT (gravidade, urgência, tendência)

Balanced Scorecard (BSC)

Conceito, histórico, evolução, vantagens e desvantagens do BSC

Dimensões do BSC: financeira; clientes; processos internos; aprendizagem e crescimento

Mapa Estratégico

Elaboração do Planejamento Estratégico

Etapas de aplicação da Abordagem Baseada em Problemas

Aplicação integrada de ferramentas e técnicas: análise SWOT; Matriz de Priorização; BSC; 5W2H (What, Why, Where, When, Who, How How Much).

Definição de Indicadores de Resultados

Metas Estratégicas: SMART

Estabelecimento de Iniciativas e Projetos estratégicos;

Implementação do Plano Estratégico;

Avaliação do Planejamento Estratégico

Informações necessárias ao controle e à avaliação

Monitoramento, controle e avaliação do Plano Estratégico; e Fases do processo de controle e avaliação; estágios e níveis

Reflexões sobre planejamento governamental no Brasil: avanços e inovações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia, práticas**. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

KAPLAN, R.; NORTON, D. P. **Organização orientada para a estratégia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

MINTZBERG, Henry. AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. **Safári de Estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico**. Porto Alegre: Bookman, 2010.

PORTER, Michael. **Estratégia competitiva: técnicas para a análise da indústria e da concorrência**. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, A. **Estratégia, Execução e Diferenciação Baseadas na Informação: Um estudo em organizações brasileiras e portuguesas**. Rio de Janeiro: CRA-RJ, 2016.

GHOSHAL, S.; TANURE, B. **Estratégia e Gestão Empresarial. Construindo empresas brasileiras de sucesso: Estudos de Caso**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

KOTLER, Philip. **Administração de Marketing**, 10ª Ed. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

MINTZBERG, H.; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. **Management não é o que você pensa**. Porto Alegre: Bookman, 2011.

MINTZBERG, Henry. **Ascensão e queda do planejamento estratégico**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

PORTER, Michael. **Competição**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

BERNARDI, Luiz Antônio. **Manual de Empreendedorismo e Gestão: Fundamentos, Estratégias e Dinâmicas**. São Paulo: Atlas, 2009.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Estratégia Empresarial & Vantagem Competitiva: como estabelecer, implementar e avaliar**. São Paulo: Atlas, 2012.

PRAHALAD, C. K.; HAMEL, Gary. **Competindo pelo futuro**. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

SERRA, F.; TORRES, M.C.; TORRES, A.P.; FERREIRA, M.P. **Administração Estratégica: Conceitos**, STENGEL, J. Cresça: **Como ideias potencializam crescimento e lucro nas maiores companhias do mundo**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2013.

WRIGHT, P. ; KROLL, M. J.; PARNELL, J. **Administração Estratégica: conceitos**. São Paulo : Atlas, 2000.

DEPARTAMENTO A QUE PERTENCE O COMPONENTE

ASSINATURA DO CHEFE DO DEPARTAMENTO

ASSINATURA DO COORDENADOR DO CURSO



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO**

**DIRETORIA DE ENSINO –
CAMPUS PAULISTA**

**PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR ESPECIALIZAÇÃO EM
GESTÃO PÚBLICA**

CURSO	EIXO TECNOLÓGICO/ÁREA
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA	GESTÃO E NEGÓCIOS
PÓS-GRADUAÇÃO	ANO DE IMPLANTAÇÃO – 2025.1

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Prática Profissional
☐	TCC Estágio	☐	

DADOS DO

COMPONENTE

Código	Nome	C. H. TOTAL (H/R)	MÓDULO
	Finanças, Orçamento Público e Órgãos de Controle	24h	I

EMENTA

Política fiscal e funções do Estado. Bens Públicos: provisão e distribuição ótima. Teoria da tributação e da incidência. Equidade e eficiência tributária. Avaliação de dispêndios públicos. Federalismo fiscal e o sistema tributário brasileiro. Finanças públicas locais, política fiscal e provisão de bens públicos nos estados e municípios. Normas e limites para administrar as finanças públicas.

COMPETÊNCIAS A SEREM DESENVOLVIDAS

- Compreender os conceitos de finanças públicas e o funcionamento da atividade financeira estatal;
- Avaliar as interações decorrentes da intervenção do Estado na economia sob a perspectiva da política fiscal;
- Analisar as interações da política fiscal e do orçamento público;
- Compreender a importância do equilíbrio das finanças públicas e os meios de financiamento do governo;
- Conhecer a estrutura da receita e da despesa orçamentária;
- Classificar e analisar as fontes de recurso e os objetos de gasto do orçamento;
- Identificar os níveis, formas e responsáveis pelo controle da execução orçamentária.

METODOLOGIA

Aulas expositivas, com utilização de textos, recursos audiovisuais, estudos dirigidos e estudos de casos. O curso tem caráter intensivo e contará com exposição dialogada, bem como buscará estimular a reflexão, discussão e o aprendizado de conceitos e técnicas de avaliação.

AValiação

Discussão em sala sobre os temas de cada encontro. Fichas de leitura. Apresentação de trabalho escrito sobre os temas definidos em sala.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Breve histórico das atribuições econômicas do governo;
- Análise do crescimento do setor público;
- Produção de bens públicos;
- Tamanho do Estado e governo, e federalismo fiscal.
- Política fiscal e finanças públicas;
- Financiamento do setor público;
- Aspectos conceituais do orçamento público;
- O processo orçamentário brasileiro;
- Avaliação das despesas e receitas públicas;
- Sistema fiscal brasileiro;
- Controle sobre a administração pública
- Lei de Responsabilidade Fiscal e seus desdobramentos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASSIS, Luiz Gustavo. **Processo Legislativo e Orçamento Público: função e controle do parlamento**. São Paulo: Saraiva, 2012.

GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana Cláudia de. **Finanças públicas: teoria e prática no Brasil**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011.

MATIAS-Pereira, José. **Finanças Públicas: a política orçamentária no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BEZERRA Filho, João Eudes. **Orçamento Aplicado ao Setor Público**. São Paulo: Atlas, 2012.

BRASIL. Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm>.

BRASIL. Lei n. 10.180, de 06 de fevereiro de 2001. Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110180.htm>.

GIACOMONI, James. Orçamento Público. 15ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MENDES, M. J. Sistema Orçamentário Brasileiro: planejamento, equilíbrio fiscal e qualidade do gasto público. Cad. Fin. Públ. Brasília, n.9, p. 57-102, dez.2009.

DEPARTAMENTO A QUE PERTENCE O COMPONENTE

ASSINATURA DO CHEFE DO DEPARTAMENTO

ASSINATURA DO COORDENADOR DO CURSO



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO**

**DIRETORIA DE ENSINO –
CAMPUS PAULISTA**

**PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR ESPECIALIZAÇÃO EM
GESTÃO PÚBLICA**

CURSO	EIXO TECNOLÓGICO/ÁREA
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA	GESTÃO E NEGÓCIOS
PÓS-GRADUAÇÃO	ANO DE IMPLANTAÇÃO – 2025.1

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒ Disciplina
 ☐ Prática Profissional
☐ TCC Estágio

**DADOS DO
COMPONENTE**

Código	Nome	C. H. TOTAL (H/R)	MÓDULO
	Mapeamento e desenho processos no serviço público	18h	II

EMENTA

Processos como uma abordagem na gestão das organizações. Identificação do conjunto de atividades dos setores. Análise da cadeia de valor dos processos administrativos, identificação, definição e obtenção dos dados e diagnósticos dos processos. Desenho, arranjo físico, análise de fluxos e a gestão dos processos. Padronização e manualização.

COMPETÊNCIAS A SEREM DESENVOLVIDAS

Desenvolvimento de competências que permitam aos alunos compreender, explicar e prever a melhor forma de estruturar uma organização.

METODOLOGIA

Aplicação de aulas expositivas;
 Aplicação de exercícios práticos;
 Aplicação de estudo de caso;

AValiação

Realização de atividade de construção de documento de mapeamento de processo em sala de aula.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Conceituação de processos. Conceitos básicos. Mapeamento, análise e redesenho de processos.. Processos e a estrutura organizacional. Análise e redesenho de processos, O papel das pessoas na gestão de processos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Administração de processos: conceitos, metodologias, práticas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

BARBARÁ, Saulo (org.). **Análise e melhoria de processos de negócios**. São Paulo: Atlas, 2012.

CRUZ, Tadeu. **Sistemas, métodos e processos: Administrando organizações por meio de processos de negócios**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DIAS, Sergio Vidal dos Santos. **Manual de controles internos: desenvolvimento e implantação: exemplos de processos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2010.

COUTO, Boanerges do Amaral; MARASH, Ira Robert. **Gestão por Processos em Sistemas de Gestão**. Rio de Janeiro: Qualitymark 2012.

DIAS, Sérgio V. S. **Manual de controles internos: exemplos de processos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2010

NUNES, Rogério da Silva. **Análise e melhoria de processos**. Florianópolis: CAD/MS, 2014.

DEPARTAMENTO A QUE PERTENCE O COMPONENTE

ASSINATURA DO CHEFE DO DEPARTAMENTO

ASSINATURA DO COORDENADOR DO CURSO



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO**

**DIRETORIA DE ENSINO –
CAMPUS PAULISTA**

**PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR ESPECIALIZAÇÃO EM
GESTÃO PÚBLICA**

CURSO	EIXO TECNOLÓGICO/ÁREA
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA	GESTÃO E NEGÓCIOS
PÓS-GRADUAÇÃO	ANO DE IMPLANTAÇÃO – 2025.1

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Prática Profissional
☐	TCC Estágio	☐	

**DADOS DO
COMPONENTE**

Código	Nome	C. H. TOTAL (H/R)	MÓDULO
	Auditoria Pública	24h	II

EMENTA

Estado e Administração Pública; Controle na Administração Pública; Prestação e Tomada de Contas; Introdução à Auditoria Governamental; Planejamento da Auditoria; Técnicas e Procedimentos de Auditoria; Achados e Evidências em Auditoria; Papéis de Trabalho; Relatório, Parecer e Certificado de Auditoria; Normas de Auditoria Governamental e Casos em Auditoria Governamental.

COMPETÊNCIAS A SEREM DESENVOLVIDAS

- Compreender as normas e princípios de auditoria em harmonia com os princípios;
- Entender como se proceder para executar o processo de auditoria
- Capacitar o estudante para o desenvolvimento de trabalhos na administração pública governamental.

METODOLOGIA

O curso será desenvolvido mediante apresentação dialogada de conceitos sobre o tema e aplicação de exercícios práticos em grupos de trabalho, com apresentação e discussão/avaliação de seus resultados, em classe.

AValiação

O processo avaliativo será procedido de maneira fluída, podendo consistir por meio de prova escrita, apresentação de seminários, trabalhos individuais ou em grupo, estudos dirigidos, resenhas críticas, resumo de artigos, entre outras formas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1 Estado e Administração Pública
Estado: definição, elementos, funções
Governo
Administração Pública
Administração Direta
Administração Indireta
- 2 Controle na Administração Pública
Controle na Administração Pública brasileira
Fundamentação legal do controle na Administração Pública
Instâncias do controle na Administração Pública: Controle Interno, Controle Externo, Controle Social
- 3 Prestação e Tomada de Contas
Accountability
Prestação de Contas
Prestação de Contas: Breve Histórico
Prestação de Contas de Governo e Prestação de Contas de Gestão
Tomada de Contas
Tomadas de Contas Especial (TCE)
Processo de Prestação e Tomada de Contas
- 4 Introdução à Auditoria Governamental
Conceitos e origem da auditoria
Finalidade da auditoria governamental
Objetivos e objeto da auditoria governamental
Formas de execução da auditoria governamental
Tipos de auditoria governamental
Processo de auditoria governamental
- 5 Planejamento da Auditoria
Conceito de planejamento em auditoria
Etapas do planejamento em auditoria
- 6 Técnicas e Procedimentos de Auditoria
Principais técnicas de auditoria
- 7 Achados e Evidências em Auditoria
- 8 Papéis de Trabalho
Papéis de trabalho: considerações gerais
Papéis de trabalho de planejamento
Papéis de trabalho de execução
- 9 Relatório, Parecer e Certificado de Auditoria
- 10 Normas de Auditoria Governamental

12 Casos em Auditoria Governamental

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTRO, Domingos Poubel de. **Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público**. 7. ed. - São Paulo : Atlas, 2018.

PETER, Maria da Glória Arrais; MACHADO, Marcus Vinicius Veras. **Manual de auditoria governamental**: 2. ed. – São Paulo: Atlas, 2014.

IMONIANA, Joshua Onome. **Auditoria: Planejamento, Execução e Reporte**. São Paulo: Atlas, 2019.

VIEIRA, Laércio Mendes. **Auditoria contábil-financeira no setor público: fundamentos, técnicas e aplicações de acordo com as normas da Intosai e do TCU**. Brasília: Gestão Pública, 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. Instrução Normativa nº 8, de 06 de dezembro de 2017. Aprova o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal. Brasília, 2017. Disponível em:

https://www.gov.br/cgu/ptbr/centraisdeconteudo/publicacoes/auditoria-e-fiscalizacao/arquivos/manual_deorientacoestecnicas-1.pdf. Acesso em: 16 set. 2021.

BRASIL. Tribunal de Contas da União (TCU). Manual de Auditoria Operacional. 4. ed. Brasília, 2020. Disponível em

https://portal.tcu.gov.br/data/files/F2/73/02/68/7335671023455957E18818A8/Manual_auditoria_operacional_4_edicao.pdf. Acesso em: 16 set. 2021.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Auditoria governamental / Tribunal de Contas da União; Conteudistas: Antônio Alves de Carvalho Neto, Carlos Alberto Sampaio de Freitas, Ismar Barbosa Cruz, Luiz Akutsu; Coordenador: Antônio Alves de Carvalho Neto. – Brasília : TCU, Instituto Serzedello Corrêa, 2011.

Manual da auditoria interna. Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA). Salvador: TCE/BA, 2017. Versão eletrônica disponível em: www.tce.ba.gov.br.

OLIVEIRA, Antônio Gonçalves de; PISA, Beatriz Jackiu; AUGUSTINHO, Sonia Maria (org.). – **Gestão e governança pública : aspectos essenciais**. Curitiba: Ed. UTFPR, 2016.

SÃO PAULO. Controladoria Geral do Município de São Paulo. **Manual Operacional de Auditoria**. São Paulo, 2020. Disponível em:

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/controladoria_geral/Manual_Operacional_de_Auditoria_MO-02_Publicacao_14_12_2020.pdf.

JR. CARVALHO, Jorge Pinto de; BALDRESCA, Camila Alexandra Majer: **Auditoria no Setor Público com ênfase no controle externo: teoria e prática**: Brasília, 2019.

DEPARTAMENTO A QUE PERTENCE O COMPONENTE

ASSINATURA DO CHEFE DO DEPARTAMENTO

ASSINATURA DO COORDENADOR DO CURSO



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO**

**DIRETORIA DE ENSINO –
CAMPUS PAULISTA**

**PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR ESPECIALIZAÇÃO EM
GESTÃO PÚBLICA**

CURSO	EIXO TECNOLÓGICO/ÁREA
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA	GESTÃO E NEGÓCIOS
PÓS-GRADUAÇÃO	ANO DE IMPLANTAÇÃO – 2025.1

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Prática Profissional
☐	TCC Estágio	☐	

DADOS DO

COMPONENTE

Código	Nome	C. H. TOTAL (H/R)	MÓDULO
	AFO - Administração Financeira e Orçamentária (Direito Financeiro)	24h	II

EMENTA

Compreender os Fundamentos do Orçamento Público Brasileiro, o Ciclo Orçamentário e a construção dos instrumentos formais e suas alterações. Entender o conceito, classificações e estágios da receita pública e sobre a Programação Orçamentária e Financeira. Habilitar o discente sobre o conceito, classificações e estágios da despesa pública

COMPETÊNCIAS A SEREM DESENVOLVIDAS

Especializar os discentes para gerar, aplicar e disseminar conhecimentos e competências na administração pública, notadamente na área do Orçamento Público. Para tanto busca: Desenvolver conhecimentos e habilidades do servidor que lhe possibilitem atuar nas etapas de elaboração, tramitação, aprovação e fiscalização do orçamento público; Oferecer um espaço para a reflexão crítica e a aquisição de novos conhecimentos sobre direito orçamentário e finanças públicas; Possibilitar o desenvolvimento de projetos de estudos específicos na área de orçamento público.

METODOLOGIA

Aulas expositivas, com debates críticos sobre o assunto abordado, utilizando recursos áudio visuais possibilitando a integração entre os discentes e a realidade ao aplicado no serviço público.

AValiação

Realização de atividade de construção de documento de mapeamento de processo em sala de aula.

Podendo ser feito por meio de critério de peso, tal qual :

- Participação em aula (seminários, debates, mesa redonda) 35%
- Participação nas apresentações (trabalhos em grupo) 35%
- Entrega de materiais (provas escritas, prova múltipla escolha ou trabalhos individuais) 30%

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Histórico
2. Conceito e normas legais aplicáveis ao orçamento público
3. Princípios orçamentários
 1. da programação,
 1. unidade,
 1. universalidade,
 1. anualidade,
 1. exclusividade,
 1. clareza e
 1. equilíbrio.
4. Instrumentos de planejamento da administração pública:
 1. Plano Plurianual (PPA),
 1. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e
 1. Lei Orçamentária Anual (LOA).
5. Analisa o ciclo orçamentário.
 1. Elaboração,
 1. Estudo e aprovação,
 1. Execução e
 1. Controle.
6. Previsão de receita e Fixação da despesa.
7. Prestações de contas, controle interno e externo do orçamento público.
8. Indicadores econômico-financeiros relacionadas com a gestão do orçamento público

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Lei de Responsabilidade Fiscal: lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2005.

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, 23 mar. 1964. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm.

CONTI, José Maurício. **Orçamentos públicos: a lei 4.320/1964 comentada**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

CREPALDI, Guilherme Simoes; CREPALDI, Silvio Aparecido. **Orçamento Público - Planejamento, Elaboração e Controle**. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público - 16ª Edição**. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AGUILAR, Adélia Martins de. et al. **Planejamento Governamental de Municípios: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual**. 2.ed., São Paulo: Editora Atlas, 2008.

ALVES, Benedito Antônio; GOMES, Sebastião E.R.; e AFFONSO, Antônio Geraldo. **Lei de Responsabilidade Fiscal Comentada e Anotada**. 2.ed., São Paulo: J. de Oliveira, 2001.

ANGÉLICO, João. **Contabilidade Pública**. 8. ed., São Paulo: Editora Atlas, 2009.

BERTASSI, André Luís. **Um Estudo dos Efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal nas Finanças Públicas nas Capitais dos Estados Brasileiros**. Dissertação apresentada ao Centro Universitário Salesiano de São Paulo. Americana, 2008.

DEPARTAMENTO A QUE PERTENCE O COMPONENTE

ASSINATURA DO CHEFE DO DEPARTAMENTO

ASSINATURA DO COORDENADOR DO CURSO



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO**

**DIRETORIA DE ENSINO –
CAMPUS PAULISTA**

**PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR ESPECIALIZAÇÃO EM
GESTÃO PÚBLICA**

CURSO	EIXO TECNOLÓGICO/ÁREA
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA	GESTÃO E NEGÓCIOS
PÓS-GRADUAÇÃO	ANO DE IMPLANTAÇÃO – 2025.1

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒ Disciplina
 ☐ Prática Profissional
☐ TCC Estágio
 ☐

**DADOS DO
COMPONENTE**

Código	Nome	C. H. TOTAL (H/R)	MÓDULO
	Prestação de contas	24h	II

EMENTA

Perspectivas da governança no setor público, com enfoque para a governança de órgãos e entidades da Administração Pública. Instâncias de governança e de apoio à governança e seu papel nas contas anuais. Tudo isso, cerca o papel dos atores envolvidos na prestação de contas anuais (responsáveis pela governança e gestão, auditores internos/controle interno, auditores externos independentes, auditores externos/controle externo, ministro supervisor). Conceitos de accountability e a democracia. Abordagem legal e de poder. Transparência, controle, responsabilidade, responsividade e prestação de contas. Mecanismos e técnicas organizacionais para accountability. Accountability horizontal e vertical. Fontes de controle externas e internas. Alvos ativos e passivos da accountability. Controle social e seus diferentes aparatos.

COMPETÊNCIAS A SEREM DESENVOLVIDAS

Qualificar os discentes para atuarem nas áreas de controle, monitoramento e avaliação da administração pública brasileira para atenderem, com qualidade, às necessidades

profissionais de Auditoria em Organizações do Setor Público do Estado brasileiro em seus vários níveis e poderes e da sociedade, bem como preparar profissionais que pretendem ingressar na carreira pública. Construir entendimento individual e coletivo sobre accountability como modo de responsabilização democrática dos agentes públicos, a partir da compreensão de seus fundamentos conceituais e históricos e do contato com sistemas e instrumentos de gestão associados ao tema.

METODOLOGIA

Aulas expositivas, com debates críticos sobre o assunto abordado, utilizando recursos áudio visuais possibilitando a integração entre os discentes e a realidade da administração pública.

AVALIAÇÃO

Realização de atividade de construção de documento de mapeamento de processo em sala de aula.

Podendo ser feito por meio de critério de peso, tal qual :

- Participação em aula (seminários, debates, mesa redonda) 35%
- Participação nas apresentações (trabalhos em grupo) 35%
- Entrega de materiais (provas escritas, prova múltipla escolha ou trabalhos individuais) 30%

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Controles internos:
 1. Conceitos,
 1. Controles internos relacionados ao patrimônio Público,
 1. Controles financeiros dos gastos públicos.
2. Técnicas de auditoria no Setor Público:
 1. Papeis de Trabalho,
 1. Programas de auditorias,
 1. Procedimentos Técnicos,
 1. Relatórios de Auditoria.
3. Economia, Eficiência e Eficácia:
 1. Avaliação da economia do Gasto Público,
 1. Avaliação da eficiência,
 1. Avaliação da Eficácia.
4. Conceituação de contabilidade e de governança.
5. Os objetivos da contabilidade e das práticas de governança.
6. Ramos de aplicação da contabilidade e governança em organizações.
7. Accountability
8. Relações entre Estado e sociedade, administração pública, controle e responsabilização;
9. A responsabilização democrática dos agentes públicos;
10. Fundamentos históricos e conceituais da noção de accountability no Brasil e em outros contextos;
11. Relações entre accountability e outros conceitos e práticas de gestão, como:

- avaliação, controle, auditoria, governança, participação;
12. Mecanismos de accountability. Eleições. Orçamento Público. Instâncias formais de controle e responsabilização: política, judiciária e administrativa. Controle Parlamentar. Controle Judicial. Controle Administrativo. Controle de resultados. Controle Social;
 13. Accountability em diferentes tipos de organizações – governamentais, empresariais, não governamentais -, nas relações entre elas e em projetos/eventos compartilhados;
 14. Accountability horizontal e vertical: características, focos, abrangência, instrumentos;
 15. Accountability e a avaliação de políticas públicas e da ação governamental;
 16. Limites e avanços nas práticas de accountability no Brasil e em outros países.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Lei de Responsabilidade Fiscal: lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2005.

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, 23 mar. 1964. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm.

ABRUCIO, Fernando Luiz; LOUREIRO, Maria Rita. **Finanças públicas, democracia e accountability**. In: ARVATE, Paulo Roberto; BIDERMAN, Ciro. Economia do Setor Público no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; GRAU, Nuria Cunill (coords.). GROISMAN, Enrique ... **et al. Responsabilização na Administração Pública**. São Paulo: CLAD/Fundap, 2006.

ETZIONI, Amitai. **Concepções alternativas de accountability: o exemplo da gestão da saúde**. In: HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (org.). Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: Editora UnB, 2009. (Pg. 287-301).

TCU - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Secretaria de Auditoria e Inspeções**. Manual de auditoria de desempenho. Brasília: TCU, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVES, Benedito Antônio; GOMES, Sebastião E.R.; e AFFONSO, Antônio Geraldo. **Lei de Responsabilidade Fiscal Comentada e Anotada**. 2.ed., São Paulo: J. de Oliveira, 2001.

ANGÉLICO, João. **Contabilidade Pública**. 8. ed., São Paulo: Editora Atlas, 2009.

BERTASSI, André Luís. **Um Estudo dos Efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal nas Finanças Públicas nas Capitais dos Estados Brasileiros**. Dissertação apresentada ao Centro Universitário Salesiano de São Paulo. Americana, 2008.

OLIVEIRA, Alci Malaquias de. **Controle e auditoria governamental com enfoque em auditoria operacional**. Brasília, 1996.

SÁ, José Augusto de. **Manual de auditoria e controladoria pública**. São Paulo: IOB - Informações Objetivas Públicas Jurídicas Ltda. 2007.

DEPARTAMENTO A QUE PERTENCE O COMPONENTE

ASSINATURA DO CHEFE DO DEPARTAMENTO ASSINATURA DO COORDENADOR DO CURSO



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO**

**DIRETORIA DE ENSINO –
CAMPUS PAULISTA**

**PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR ESPECIALIZAÇÃO EM
GESTÃO PÚBLICA**

CURSO	EIXO TECNOLÓGICO/ÁREA
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA	GESTÃO E NEGÓCIOS
PÓS-GRADUAÇÃO	ANO DE IMPLANTAÇÃO – 2025.1

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Prática Profissional
☐	TCC Estágio	☐	

**DADOS DO
COMPONENTE**

Código	Nome	C. H. TOTAL (H/R)	MÓDULO
	Controle de custos no serviço público	24h	II

EMENTA

A disciplina Controle de Custos no Serviço público apresenta a origem e elementos de custos, classificação e nomenclaturas, métodos de custeio, sistemas de custeio e custo aplicado ao setor público, todos com a finalidade de aplicação prática para o serviço público.

COMPETÊNCIAS A SEREM DESENVOLVIDAS

Espera-se que com o conhecimento adquirido com essa disciplina habilite o discente a aplicar os conceitos e empregue as técnicas aplicáveis no serviço público, realizando assim o que preconiza a constituição federal no tocante a eficiência do gasto público.

METODOLOGIA

Aulas expositivas, com debates críticos sobre o assunto abordado, utilizando recursos áudio visuais possibilitando a integração entre os discentes e a realidade.

AVALIAÇÃO

Realização de atividade de construção de documento de mapeamento de processo em sala de aula.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Origem e elementos de custos.
2. Classificação e nomenclaturas:
3. Custos fixos e variáveis.
4. Custos diretos e indiretos.
5. Métodos de custeio:
6. Direito e variável.
7. Absorção.
8. Sistemas de Custeio.
9. Custo aplicado ao setor público.
10. NBC T 16.11 .

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BEULKE, Rolando; BERTÓ, Dalvio José. **Gestão de Custos e Resultado na Saúde: hospitais, clínicas, laboratórios e congêneres**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

CREPALDI, S.A. **Curso Básico de Contabilidade de Custos**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MAUS, Cezar Volnei; SOUZA, Marcos Antônio. **Gestão de Custos Aplicada ao Setor Público: Modelo para Mensuração e Análise da Eficiência e Eficácia Governamental**. São Paulo: Atlas, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MARTINS, E. **Contabilidade de custos**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LEONE, S.G. **Curso de contabilidade de custos**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

HERNANDEZ, J.J.P.; COSTA, R. G.; OLIVEIRA, L.M. **Gestão estratégica de custos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

DEPARTAMENTO A QUE PERTENCE O COMPONENTE

ASSINATURA DO CHEFE DO DEPARTAMENTO

ASSINATURA DO COORDENADOR DO CURSO



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO**

**DIRETORIA DE ENSINO –
CAMPUS PAULISTA**

**PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR ESPECIALIZAÇÃO EM
GESTÃO PÚBLICA**

CURSO	EIXO TECNOLÓGICO/ÁREA
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA	GESTÃO E NEGÓCIOS
PÓS-GRADUAÇÃO	ANO DE IMPLANTAÇÃO – 2025.1

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Prática Profissional
☐	TCC Estágio	☐	

**DADOS DO
COMPONENTE**

Código	Nome	C. H. TOTAL (H/R)	MÓDULO
	Metodologia da pesquisa e do trabalho científico	24h	II

EMENTA

Tipos de pesquisa. Definição da questão da pesquisa. Etapas de um projeto de pesquisa. Produtos de uma pesquisa.

COMPETÊNCIAS A SEREM DESENVOLVIDAS

O curso apresenta aos alunos os fundamentos metodológicos necessários para elaboração do projeto de pesquisa a ser desenvolvido em sala de aula.

METODOLOGIA

- Seminários (aula invertida);
- aulas expositivas/ realização de estudo de casos.

AVALIAÇÃO

- Apresentação de trabalhos em sala (50%) e elaboração de projeto de pesquisa (50%).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Tipos de pesquisa.
Definição da questão da pesquisa.
Revisão de literatura.
Introdução aos métodos qualitativos.
Introdução aos métodos quantitativos.
Análise de dados: análise de discurso e narrativa, softwares de análise. Produtos da pesquisa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PEREIRA, Maurício Gomes. **Artigos Científicos: como redigir, publicar e avaliar**. São Paulo: Atlas, 2012.
TOMASI, Carolina; Medeiros, João Bosco. **Redação de artigos científico: métodos de realização, seleção de periódicos, publicação**. São Paulo: Atlas, 2016.
VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MATIAS JUNIOR, Joaquim. **Como escrever trabalhos de conclusão de curso: instruções para planejar e montar, desenvolver, concluir, redigir e apresentar trabalhos monográficos e artigos**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
PINKER, Steven. **Guia de escrita: como conceber um texto com clareza, precisão e elegância**. São Paulo: Contexto, 2016.
GIL, ANTONIO CARLOS. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

DEPARTAMENTO A QUE PERTENCE O COMPONENTE

ASSINATURA DO CHEFE DO DEPARTAMENTO

ASSINATURA DO COORDENADOR DO CURSO



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO**

**DIRETORIA DE ENSINO –
CAMPUS PAULISTA**

**PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR ESPECIALIZAÇÃO EM
GESTÃO PÚBLICA**

CURSO	EIXO TECNOLÓGICO/ÁREA
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA	GESTÃO E NEGÓCIOS
PÓS-GRADUAÇÃO	ANO DE IMPLANTAÇÃO – 2025.1

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Prática Profissional
☐	TCC Estágio	☐	

**DADOS DO
COMPONENTE**

Código	Nome	C. H. TOTAL (H/R)	MÓDULO
	Tópicos especiais de gestão pública	24h	II

EMENTA

Disciplina dedicada a temas específicos de Administração Pública. Conteúdo variável, abrangendo aspectos complementares e relevantes para a formação global do estudante, com atenção a gestão em setores específicos, como: saúde, educação, turismo, esporte, infraestrutura, agricultura, habitação, segurança.

COMPETÊNCIAS A SEREM DESENVOLVIDAS

Capacidade de identificar, analisar e propor soluções para problemas complexos no setor público;
Habilidade para analisar projetos no setor público
Compreensão dos processos de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas e planejamento estratégico;
Capacidade de análise da transparência na administração pública e a prestação de contas à sociedade.

METODOLOGIA

Análise de estudos de caso
Discussão de temas relevantes e atuais na gestão pública

AVALIAÇÃO

Elaboração de um pré-projeto de artigo científico; Análise de casos

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Introdução à gestão pública
Desafios e perspectivas da gestão pública
Gestão do setor de saúde, educação, turismo, esporte, infraestrutura, agricultura, habitação, segurança.
Estudos de caso de políticas públicas e análises práticas

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage, 2013.
MATIAS-PEREIRA, José. **Administração Pública**. São Paulo: Atlas, 2018. OECD. **Panorama das Administrações Públicas: América Latina e Caribe**. Paris, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1787/9e6d37a1-pt.>>.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CIRINO, A. L. C.; PEREIRA, B. A. D.; TAVARES, B.; SILVA, F. C. da. **Estrutura e mecanismos da governança em rede na implementação de políticas públicas**. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, São Paulo, v. 29, p. e89644, 2024. DOI: 10.12660/cgpc.v29.89644. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/89644>. Acesso em: 8 set. 2024.
ARAÚJO, C. **Por que as democracias cambaleiam? Desenvolvimento e crise no mundo contemporâneo**. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, São Paulo, v. 29, p. e90202, 2024. DOI: 10.12660/cgpc.v29.90202. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/90202>. Acesso em: 8 set. 2024.
DE FREITAS, M. N.; PRACA, S. R. M. **Transparência sobre dirigentes públicos estaduais: Uma análise exploratória**. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, São Paulo, v. 29, p. e89150, 2023. DOI: 10.12660/cgpc.v29.89150. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/89150>. Acesso em: 8 set. 2024.

DEPARTAMENTO A QUE PERTENCE O COMPONENTE

ASSINATURA DO CHEFE DO DEPARTAMENTO

ASSINATURA DO COORDENADOR DO CURSO



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO**

**DIRETORIA DE ENSINO –
CAMPUS PAULISTA**

**PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR ESPECIALIZAÇÃO EM
GESTÃO PÚBLICA**

CURSO	EIXO TECNOLÓGICO/ÁREA
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA	GESTÃO E NEGÓCIOS
PÓS-GRADUAÇÃO	ANO DE IMPLANTAÇÃO – 2025.1

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Prática Profissional
☐	TCC Estágio	☐	

**DADOS DO
COMPONENTE**

Código	Nome	C. H. TOTAL (H/R)	MÓDULO
	Logística Pública	18h	II

EMENTA

Princípios da logística pública. O papel da logística pública no atendimento das demandas públicas. Organização dos serviços de logística pública. organização e padronização dos serviços de logística pública.

COMPETÊNCIAS A SEREM DESENVOLVIDAS

Conhecimentos e domínios básicos sobre logística pública nos serviços públicos

METODOLOGIA

Exposição dialogada com uso didático das ferramentas pedagógicas, com uso de projetor multimídia. Apresentação de vídeos, estudo de caso, participação em seminários em sala de aula.

AVALIAÇÃO

Seminários, prova, apresentação de trabalhos, estudo de caso.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Princípios da logística nos serviços públicos.

O papel da logística nas políticas públicas.

A logística pública como ferramenta de apoio das atividades administrativas.

Planejamento das atividades de logística pública. Legislação sobre logística pública.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LAURINDO, Alisson Marcelo; TEIXEIRA, Alex Volnei. **A logística na administração pública: conceitos e métodos**. Curitiba: Intersaberes, 2019.

LINHARES, Eduardo. **Logística eficiente: Um guia prático em busca da excelência operacional**. Rio de Janeiro: Figurati, 2024.

LINO, Gustavo. **Fundamentos da gestão da logística pública e teoria geral de licitação e contratos**. Brasília: ENAP/DDG, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20192022/2021/lei/114133.htm.

PALUDO, Augustinho. **Governança Organizacional Pública e Planejamento Estratégico**. São Paulo: Editora Foco, 2021.

PEREIRA, José Matias. **Manual de Gestão Pública Contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2020.

ZEFERINO, Fernanda Maciel. **Logística rodoviária: a utilização das ferramentas da qualidade na redução de custos de transporte**. Curitiba: Appris Editora, 2019.

DEPARTAMENTO A QUE PERTENCE O COMPONENTE

ASSINATURA DO CHEFE DO DEPARTAMENTO

ASSINATURA DO COORDENADOR DO CURSO

ANEXO



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Campus Paulista/Gabinete da Direção-Geral

PORTARIA CPLT/IFPE Nº 411, DE 13 DE SETEMBRO DE 2024

Reconduz e altera composição de Comissão.

O DIRETOR-GERAL DO CAMPUS PAULISTA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO, nomeado pela Portaria REI/IFPE nº 523, de 03/05/2024, publicada no DOU de 06/05/2024, seção 2, página 18, no uso de suas atribuições conferidas pela Portaria nº 224/2016-GR, de 29/02/2016, e considerando:

I. Processo SEI nº 23737.021425/2024-18, com despachos exarados,

RESOLVE:

Art. 1º Reconduzir, por mais 06 (seis) meses, a Comissão para Elaboração de Estudos de Viabilidade e PPCs, instituída através da Portaria IFPE/Campus Paulista nº 145/2020, de 30/11/2020, passando a mesma a adotar a seguinte constituição:

NOME	SIAPE	SETOR	FUNÇÃO NA COMISSÃO
Saulo Emmanuel Rocha de Medeiros	1674977	DEN	Presidente
Alba de Oliveira Barbosa Lopes	1437396	DEN	Membro
Alexandre Hochmann Behar	1161059	DEN	Membro
Marcelino José Caetano	2415581	DEN	Membro
Paava de Barros de Alencar Carvalho Filgueira	2200369	DEN	Membro
Rosecleide Ramos Ferreira	2997372	DEN	Membro
Luiz Guimarães Ribeiro Neto	1960845	DEN	Membro
Luciano Fernandes Acioli Cabral e Silva	1686795	DEN	Membro
Patrícia de Souza Maciel	1983006	DEN	Membro
João Bosco de Souza	2248814	DEN	Membro
Carlos Gustavo Paiva Rodrigues	3085550	DEN	Membro
Joannes Emmanuel Dantas e Rodrigues de Lima	1293794	DEN	Membro

Ricardo Russell Brandão Cavalcanti	1647830	DEN	Membro
Viviane Alves de Lima	1854748	DEN	Coordenadora Pedagógica

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(assinado eletronicamente)
GEORGE ALBERTO GAUDÊNCIO DE MELO
 Diretor-Geral
 IFPE Campus Paulista



Documento assinado eletronicamente por **George Alberto Gaudencio de Melo, Diretor(a)-Geral**, em 13/09/2024, às 10:24, conforme art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
https://sei.ifpe.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1396261** e o código CRC **E749ADB1**.